

BASES SOCIAIS, REPRESENTAÇÕES E USOS DE ESPÓLIOS SIMBÓLICOS EM “FAMÍLIAS DE POLÍTICOS”

SOCIAL BASES, REPRESENTATIONS AND USES OF SYMBOLIC SPOILS IN “POLITICAL FAMILIES”

Igor Gastal Grill*

Introdução

Em pesquisas realizadas nas últimas décadas, temos procurado situar as bases de notabilização, que intervêm na composição e na circulação de “elites políticas” no Brasil. Nesses estudos, abordamos distintos universos de agentes¹, cotejando patrimônios materiais e simbólicos dos “grupos familiares” de origem; engajamentos prévios e paralelos à atividade político-partidária; formas e períodos de ingresso na arena política; percursos escolares, profissões exercidas, inscrições culturais; e produção de bens simbólicos em forma de artigos, discursos, livros, etc. E observamos que, independentemente do “ponto de partida” ou “recorte de pesquisa” adotado, os agentes investigados contam com a possibilidade de transitar em múltiplos domínios sociais, monopolizando *mul-*

tuposicionalidades (BOLTANSKI, 1973; REIS e GRILL, 2015). Adiciona-se a isso que, por conta do funcionamento de uma *justaposição integrada* de lógicas (CORADINI, 2012) e das oportunidades de transação de créditos, em um espaço social de fronteiras fluídas ou porosas, eles podem também obter rendimentos de diversificadas fontes (algumas aparentemente antagônicas ou incongruentes) e concentrar *multinotabilidades* (GRILL e REIS, 2016).

Seguindo nessa trilha, a proposta deste artigo é examinar casos de agentes identificados com origens em “famílias de políticos”, atuantes em dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Eles têm em comum a ocupação de uma condição de porta-vozes de “causas” – notadamente o empenho na interpretação de questões nacionais, regionais e relaciona-

* Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – (São Luís/MA/BR). igorgrill@terra.com.br.
1. Ver balanço geral das pesquisas em Reis e Grill (2017a).

das à consagração genealógica (incluindo a eternização ou celebração da “família”) –, que traduz a aquisição de um duplo e indissociável reconhecimento como “políticos” e “intelectuais”. Não obstante as similaridades, os perfis coletivos e individuais ilustram padrões de afirmação social e política discrepantes, relacionados tanto às configurações históricas e regionais em que exerceram suas carreiras (escolares, profissionais e de cargos políticos) como aos seus trajetos específicos. Assim, eles são exemplares da paulatina diversificação de segmentos da “elite política” brasileira (principalmente no século XX), das redefinições das modalidades de ação, e dos repertórios de mobilização, bem como do que está em jogo nas possibilidades de ocupantes de postos políticos lograrem uma condição de intérprete ou intelectual, em distintos momentos/conjunturas e nas respectivas dinâmicas regionais de atuação.

Os investimentos para conquistar ou manter ou aprimorar posições sociais e políticas são condicionados por transformações tanto nas conjunturas socioeconômicas e políticas como na estrutura dos patrimônios dos agentes individuais e coletivos (volume e estrutura de recursos)². Com efeito, no bojo das reconfigurações do espaço social brasileiro, determinadas frações de elites mais antigas foram impedidas, por *efeitos de coerção*, a adaptações nas formas de agir na política e/ou a saídas da arena eletiva, decorrentes da deteriora-

ção dos papéis sociais e da base material que as sustentavam em posições de poder anteriormente. Outros contaram com *efeitos de atração*, estimulando o investimento de distintas categorias, particularmente aquelas em franca ascensão econômica – aproveitando a abertura de oportunidades, a criação de funções sociais e a remodelação de instituições escolares, políticas, culturais, etc³.

Sendo assim, essas modificações impactaram de diferentes formas as composições das “elites” e suas estratégias de reprodução, de (re) habilitação ou de estreia em certas posições. Descendentes de grandes proprietários rurais em decadência aplicaram *capitais* acumulados no campo do poder político e alguns, *mutatis mutandis*, reconverteram seus investimentos às atividades intelectuais (MICELI, 1979; GARCIA, 1993). Para outros grupos de elites rurais, aos empenhos escolares e matrimoniais foram acrescentados um conjunto de inversões que funcionaram, justamente, não apenas para evitar o seu declínio como para fomentar sua ascensão política e econômica (PICCIN, 2020; CORADINI, 2014). E, ainda, é preciso ponderar que um dos elementos tensionadores das persistências, reacomodações ou perecimento de certas posições de “elites tradicionais” foi a entrada em cena de diversas categorias de imigrantes, que conseguiram concentrar recursos econômicos e sociais (reputação e relações sociais) e vislumbraram oportunidades de

2. Por conseguinte: “toda mudança de um ou outro desses fatores implica numa reestruturação do sistema de estratégias de reprodução”, por um lado, conduzindo à “reconversão das espécies de capitais detidos em outras espécies de capitais, mais acessíveis, mais rentáveis e/ou mais legítimas”, por outro, recompondo a própria “estrutura patrimonial” (BOURDIEU, BOLTANSKI e SAINT MARTIN, 1973, p. 64).

3. Sobre os *efeitos de coerção* e de *atração* de transformações históricas e sociais sobre parcelas de elites estabelecidas, e as decorrentes necessidade de mobilizar estratégias de reconversão dos seus *capitais*, ver Karady (2015).

mobilizá-los com vistas à conquista de posições na política eletiva (FAUSTO, 1995; SEYFERTH, 1999).

Propomos neste artigo examinar uma dimensão específica das tentativas de resistência ou de inscrição nos jogos políticos regionais de *estabelecidos* e *outsiders*: a “família” como patrimônio fundamental de certificação política e intelectual de agentes localizados em configurações discrepantes. Para tanto, o principal material utilizado são os escritos de “herdeiros”, priorizando aqueles com reconstituições de “histórias de famílias” (a partir de biografias de políticos e/ou de genealogias) como fonte de informações e como instrumentos de luta. Partimos da orientação de Saint Martin (1980)⁴, de que publicações desse gênero, por um lado, “participam em graus diversos e modalidades variadas da empresa de celebração da família” e, por outro lado, que elas são fontes primordiais para acessar dados e coligir informações, visando “fazer aparecer relações entre as propriedades que eles [os livros] justapõem ou ordenam” e “relações escondidas no discurso (...) que tende a se tornar auto-explicativo” (p.5).

Assim, os escritos e posicionamentos produzidos por “políticos” permitem identificar os recursos apresentados como trunfos agregados aos patrimônios familiares ao longo de gerações, bem como apreender as estratégias de fabricação de uma imagem coletiva promissora à apropriação personificada feita por alguns dos seus membros. Porém não prescindem de outras fontes. Nesse caso, conjugamos dados provenientes de entrevistas realizadas ou coletadas de jornais e revistas; informações consul-

tadas em repertórios biográficos (DHBB do CPDOC e *sites* da Câmara dos Deputados e do Senado); e estudos feitos sobre os dois estados.

1. Breves apontamentos sobre os sentidos da edificação genealógica

De um modo geral, “famílias” podem ser tratadas como *empresas multidimensionais* (WEBER, 1987; CORADINI, 2014), que delimitam meios de gestão e divisão de funções, visando a sua perenização (de forma mais ou menos planejada). O que implica, portanto, no agenciamento de princípios e recursos vindos de “ordens sociais” diversas (do parentesco, da cultura, da economia, da religião e da política). Nessas *configurações* plásticas, os empreendimentos (materiais e simbólicos) realizados por seus membros, distintamente posicionados, são interdependentes, colaborativos e conflitivos (ELIAS, 1990). E, dessa forma, resultam, ao mesmo tempo, na acumulação ou defasagem de recursos coletivos, e nos constantes rearranjos com vistas à orquestração de expectativas e estratégias. É importante frisar que a manutenção da coesão do “grupo” pode contar com o trabalho de associação a sobrenomes, antepassados, referências míticas, genealogias, histórias comuns, etc. (ABÉLÈS, 1989; BRIQUET, 1992; OFFERLÉ, 1995; PHELIPPEAU, 2002; CANÊDO, 2011; GRILL, 2008 e 2003).

Essa tarefa pode ser operada por agentes dispostos e duplamente responsáveis (pois assumem a responsabilidade e comprometem-se a realizá-la com a responsabilidade de zelar pela imagem coletiva) por demarcar gêneses, exaltar virtudes e reconstituir

4. Artigo traduzido neste dossiê.

percurso. Por esse intermédio, eles mesmos podem situar sua “estirpe” e extrair gratificações derivadas dos pertencimentos aos “grupos” (“vacionados”), que eles próprios ajudam a erigir.

Nesse caso, destaca-se a posição de representação que certos agentes podem assumir e que ela comporta, ao menos, três níveis pertinentes de operações. Em primeiro lugar, eles ocupam lugares de *representação* tanto porque falam em nome como porque usam um direito de prelação a produzir *representações* sobre o passado de suas “famílias”. Em segundo lugar, a fabricação desse passado significa *apresentar* uma história coletiva relativamente coerente, inclusive aos seus componentes, renovando sentidos de pertencimento, tornando-a pública, conhecida e reconhecida, ao mesmo tempo em que oportuniza *reapresentar* versões, lembrar feitos e personagens, acionar estratégias de atualização e de singularização. E, em terceiro lugar, além de *presentear* a história do “grupo familiar”, no sentido de tornar hodiernos os aspectos selecionados nas reconstituições pretéritas (de origens, mitos e realizações, de obstáculos e troféus, de heroísmos e superação, entre outras seleções condizentes com as disputas que o representante enfrenta quando produz o discurso⁵), esse trabalho de manipulação simbólica também pode ser ostentado como doação/dádiva – forma de regalar uma rede de parentes com narrativas laudatórias sobre a sua própria memória coletiva. E, por esse intermédio,

podem conquistar, consolidar, transmitir e tentar assegurar seus lugares de porta-vozes dos “grupos” e das suas “heranças”.

No delineamento das genealogias examinadas, é central a localização de personagens, que remontam a uma gênese mítica (geralmente relacionada à origem do sobrenome), cujas inserções e qualificações atestam que à “família”, pode-se anexar a locução distintiva “de políticos”, constituindo-se, portanto, como *grife* potente na (auto) identificação de seus pertencentes/representantes. Os “fundadores das linhagens” são exibidos como protagonistas de feitos excepcionais nos domínios da cultura, dos negócios e da política⁶, por isso, constituir-se-iam em modelos de condutas em seus contextos (históricos e regionais) de atuação, e com predicados cuja enunciação é por si só já uma forma de postulação à “herança”. Como indicou Miceli (1981, p. 591-592) para as famílias que articulam e transmitem geracionalmente as inscrições políticas e intelectuais, “as inúmeras ocasiões em que procuram fazer valer o acervo de feitos e personagens ilustres do panteão familiar” informam a impossibilidade de separar os recursos concentrados individualmente “por cada um de seus membros do patrimônio de prestígio e honorabilidade de que todos se beneficiam”. Por conseguinte, é também relevante mapear quem são eles, como são caracterizados e apropriados nas estratégias de consagração familiar? E de que forma o êxito associado a determinados sobrenomes está na base da

5. Essas dimensões do trabalho de representação exploradas aqui se inspiram nas formulações de Bourdieu (2015 e 1996) e Coradini (1998).

6. Monique de Saint Martin (1980, p. 4), ao descrever a linhagem do Duc de Brissac, sublinha que cada agente que se destaca nessa “grande família” “exprime a verdade exemplar de seu grupo, ao mesmo tempo em que concentra um conjunto de propriedades particularmente raras”. O artigo foi traduzido para compor este dossiê.

constituição de marcas das especificidades regionais e de princípios de hierarquização e de legitimação sociais em dadas configurações estaduais?

Está em questão, em primeiro lugar, investigar amálgamas de recursos, que as inscrições em distintos domínios sociais (familiares, militantes, políticos, profissionais, culturais, etc.) promovem, selecionando intérpretes ao duplo e simultâneo trabalho político e intelectual, de representar a vida social (GRILL e REIS, 2016). Em segundo lugar, aferir como os processos de diversificação de perfis políticos estão relacionados a recomposições e usos de genealogias e de patrimônios familiares, da mesma forma que são tributários das formações históricas regionais e das características sociais daqueles que se apresentam como representantes/intérpretes da história coletiva de sua “família”. Nesse caso, procura-se, por meio da análise dos perfis, das carreiras e dos posicionamentos dos agentes, evidenciar as estratégias de consagração familiar e os processos de recomposição de patrimônios coletivos. E, por esse intermédio, reconstituir as *estratégias de reprodução* mobilizadas e detectar os condicionantes sociais e modos de transmissão de bens valorizados, alianças matrimoniais estabelecidas, recursos econômicos e títulos escolares acumulados, além dos laços e reconhecimentos conquistados em domínios variados. Não deixando, por certo, de atentar ao fato de que esses meios são complementares e compensatórios entre si,

interligando agentes – com seus emblemas e recursos, concentrados ou extraviados –, de gerações distintas e das mesmas gerações (BOURDIEU, 1994)⁷.

São analisados, então, alguns casos (Brochado da Rocha e Fetter/RS; Badaró e Patrus/MG), que ajudam a desenhar essa contextura de domínios e lógicas, por meio da apreensão das bases sociais, das representações produzidas e dos usos dos espólios simbólicos por parte de agentes dedicados aos trabalhos político e intelectual de construção da imagem coletiva de sua “família”.

As singularidades relacionadas aos distintos cenários regionais de intervenção, comportam marcas não negligenciáveis da inscrição, tanto de descendentes de “famílias tradicionais”, estabelecidas desde o século XIX, como de “imigrantes”, que ascenderam ao longo do século XX, especialmente no RS e em MG. O que informa, inseparavelmente, a importância de considerar, seguindo algumas orientações de Coradini (2014)⁸, como o *ethos* decorrente das identificações étnicas, ligados a outras injunções e oportunidades podem pesar nos deslocamentos e empreendimentos mais ou menos rentáveis aos trajetos dos agentes.

Finalmente, cabe assinalar certas pistas perseguidas sobre as acomodações, ajustes, tensões e osmose com os quais os agentes lidam nos encontros entre suas “inclinações”, a “causa” familiar e as (auto) coações, derivadas das expectativas de condutas e aptidões relacionadas aos “tipos peculiares”

7. Ver o artigo na sua versão traduzida neste dossiê.

8. Coradini (2014, p.73) alerta para a importância de considerar, nos estudos sobre as imbricações entre atividades intelectuais e políticas no Brasil, a existência de múltiplos “sistemas de referências aos quais se vinculam as ‘problemáticas legítimas’ nas distintas dinâmicas regionais, tal como aquelas vinculadas às etnias e *ethos*, que podem estar nos fundamentos de certas “modalidades de relacionamento de cada condição social com as esferas e instituições cultural e politicamente dominante”.

de políticos oriundos da “sua região”. Sendo a relação com as atividades consideradas como propriamente “intelectuais” um elemento crucial de ambivalências e sentidos de realização. De um lado, a “imagem heroica do ‘gaúcho viril’, ‘politizado’, orgulhoso de suas ‘façanhas’ e dispostos a mobilizá-las distintivamente”, que nasceriam das disposições militares, da localização geográfica, dos traços imigratórios, da estrutura econômica, etc.; e, do outro, opondo-se às posturas violentas e autoritárias, imagens esquemáticas da “mineirice” ou “mineiridade”, que sintetizam atributos relacionados às capacidades de “negociação”, de “perspicácia”, “sagacidade”⁹. Enfim, a astúcia das “raposas mineiras” remete ao oposto (antagônico) ao que seria o caráter aguerrido e disposto ao enfrentamento dos “gaúchos”. De qualquer modo, para ambos os tipos examinados, é irrefutável a ênfase numa dimensão cultural/intelectual da sua atuação/reconhecimento, notadamente, a agilização dessas “competências” à localização das “heranças” políticas, familiares e regionais.

2. “Os gaúchos”

A “imagem” legada pelos “ícones” da política do Rio Grande do Sul (principalmente aqueles atuantes até metade do século XX) geralmente os associa ao chamado “mundo da estância”¹⁰. Por intermédio de estereótipos plasmados como “típicos”, podem ser ativados tanto atributos a serem exaltados (serem “guerreiros”, “valentes”, “partidários leais”, etc.) como estigmas (ligados ao “latifúndio”, ao “contexto rural”, à “violência”, entre outros).

O fato é que, paulatinamente, a partir dos anos 1940/1950, observa-se a diversificação da “elite política gaúcha” e de perfis de “famílias de políticos” no estado (GRILL, 2008 e 2003). Além dos descendentes de “famílias tradicionais” – reconvertidos às atividades militantes e culturais (fugindo do *clichê* transmitido ao longo do tempo) –, entre os protagonistas das disputas eletivas há inúmeros descendentes de “imigrantes” e de outras camadas sociais mais modestas, que ascenderam socialmente (via atividades econômicas e/ou políticas) e investiram em escolarização (com a expansão da oferta de ensino, em especial no nível superior, para o interior do estado). Desse modo, os critérios de legitimação de protagonistas da vida pública (participação em conflitos faccionais e militarizados) e de vocações políticas (“doação”, “dedicação”, “valentia”, etc.), misturam-se com outras simbologias estruturantes de novas *mitologias* (CORADINI, 1998).

A escalada de agentes oriundos de distintos segmentos sociais rumo ao topo da hierarquia social e política no RS provocaram, como consequência, reinterpretções da história regional. Em uma direção, exaltando a ascensão econômica dos “colonos” (que auxilia na re-acomodação de identidades étnicas e na *sociodiceia* do empreendedorismo e da capacidade de trabalho). E, em outra direção, celebrando “vultos” associados a posições partidárias (especialmente aquelas consideradas de esquerda – PTB, MDB, PDT, PT, etc.) e seus feitos, bem como demarcando elementos da especificidade da “politização gaúcha” (CORADINI, 1998; GRILL, 2008, REIS, 2015).

9. Ver artigo, a sair, de Reis, Grill e Pereira (2020).

10. Ver Love (1975) e a contribuição de Piccin neste dossiê.

A apresentação de determinados perfis de “políticos gaúchos” – por um lado, de uma “família” pertencente às elites sociais dos principais centros urbanos, cujos membros rivalizaram pelas posições eletivas de relevo no estado; e, por outro, descendentes de imigrantes, que ascenderam economicamente e constituíram bases familiares de enraizamento eleitoral –, não significa indicar que essas são as únicas matrizes sociais de reprodução familiar na política sul-rio-grandense. Estratégias de reconversão bem sucedidas de descendentes de “estancieiros” são recorrentes, e ascensão via engajamentos militantes e suas retribuições também¹¹. E essa recomposição social dos domínios políticos e as novas construções/apropriações da memória política regional reverberaram no padrão de escrita dos parlamentares gaúchos. Eles privilegiam “biografias históricas”, como mostrado em outro trabalho (REIS e GRILL, 2017b).

2.1. “Brochado da Rocha”: um tipo “tradicional”

Estabelecidos política e culturalmente na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, componentes da família Brochado da Rocha pertenceram à “elite gaúcha” desde o início do século XX, ocupando posições de destaque em distintos domínios sociais, sobretudo em parlamentos e universidades. As vinculações de parentesco e a coadu-

nação de empreendimentos profissionais e políticos se inter cruzam com inscrições e disputas travadas em uma *genealogia simbólica* (o “trabalhismo”).

Os perfis dos componentes da “família” com atuação política exemplificam um padrão de descendentes de “linhagens” estabelecidas desde o século XIX e com consistentes investimentos em títulos escolares raros e profissões valorizadas (o monopólio do acesso a determinadas formações e ocupações durante grande parte do século XX era garantia de distinção social). Alcançaram destaque em organizações partidárias e chegaram a posições centrais em redes políticas. Parte significativa dos trunfos ativados em nome do parentesco residiria na relevância social dos antepassados, seus feitos militares e a participação em lutas políticas entre as facções que se enfrentaram no território sul-rio-grandense.

Assim, a partir do início do século passado, seus membros tiveram atuação política, investiram no controle das “máquinas partidárias” e nos alinhamentos ideológicos. O reconhecimento e a consagração de “herdeiros” e da “tradição” são tributários dos trabalhos de apropriação e reivindicação do “legado” por parte de diferentes protagonistas, bem como dos conflitos que se estabeleceram entre os porta-vozes da “genealogia trabalhista”¹² no Rio Grande do Sul.

A descrição biográfica dos agentes que desenvolveram carreiras intimamente ligadas

11. Esses casos são analisados em Grill (2008) e em Reis (2015). Há uma clara predisposição de seguirem exercendo o papel de intérpretes da “história gaúcha”, fornecendo versões heroizadas do passado, de acordo com suas posições políticas no presente. Para tanto, recorrem a protagonistas, eventos, períodos e movimentos, estratégias de luta, de vitórias, avanços, pioneirismos, etc., visando politizá-los, inscrevendo-se em “legados” como vetores de sínteses e subversões. Ou seja, apresentam-se como exemplares da permanência de “tradições” por intermédio da capacidade de “superá-las”, “renová-las”, e assim por diante – o que lhes garantiria o seu lugar de novidade (REIS, 2015).

12. Já foi demonstrado, de forma mais detalhada, anteriormente (GRILL, 2003).

ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às suas vinculações com Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, pode ser traçada a partir da posição de José Diogo Brochado da Rocha na “linhagem”, pois ele é exemplar dos usos e entrecruzamentos entre bases do patrimônio político familiar, alinhamentos políticos, inserções em redes, cultivo de lealdades e trunfos pessoais de disputa política. Sobretudo, o investimento na proximidade social e política e na antiguidade dos laços que ele próprio consegue costurar com os adeptos do “varguismo”¹³, entre eles seus parentes.

O pai de José Diogo, Otávio da Rocha, consagrou-se como um dos principais líderes do PTB nos anos 20 do século XX. Filho de um comendador, que nasceu em Portugal e se estabeleceu no sul do RS (Pelotas) como comerciante, ele foi deputado estadual, deputado federal e intendente de Porto Alegre (1924 e 1928), pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), além de diretor da Viação Férrea.

Otávio Rocha estudou na escola militar do Brasil, na Praia Vermelha, formando-se em engenharia. Fez carreira militar, foi professor e pertenceu ao círculo dirigente do Partido republicano Rio-grandense (PRR), sendo contemporâneo de Getúlio Vargas. Foi, inclusive, redator do jornal ligado à agremiação, *A Federação* (LAYTANO, 2001). Teria se distinguido à época pela formação cultural e, segundo um dos seus netos: “(...) ele era fundamentalmente poeta, muito polido, etc. (...). Essa cultura densa e o fato de falar francês e ter contato com os livros franceses veio proporcionar no Rio de Janeiro excelentes amizades e contatos importantes” (Entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho, sobrinho de José Diogo). Ele se casou com Inácia Barbosa Brochado, filha do Coronel José Diogo Brochado. O sobrenome que representa o casamento de um militar em ascensão com a filha de um militar estabelecido, Brochado da Rocha, é adotado pela maior parte dos seus descendentes com carreiras políticas. Tiveram sete filhos: cinco homens, entre os quais um morreu com menos de um ano de idade e os demais foram importantes políticos no estado. Além de José Diogo Brochado da Rocha, Antônio, Francisco e Geraldo percorreram carreiras políticas. As duas mulheres, Maria Bernardina e Amélia (também nomes das avós), casaram-se, respectivamente, com um dos fundadores da faculdade de agronomia de Pelotas e descendente de “tradicional família” do município e a outra com um advogado e filho de desembargador que veio a ocupar cargos de primeiro escalão na prefeitura de Porto Alegre (LAYTANO, 2001, entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho).

13. Especificamente sobre as lutas que condicionam a fabricação de etiquetas com o sufixo “ismo” e de “ícones” da política brasileira, ver Grill (2012).

José Diogo é o filho mais velho (herdou o nome do avô materno) e foi o que teve a carreira política mais bem sucedida entre os irmãos homens. Ele estudou no colégio Anchieta (escola católica de elite, localizada em Porto Alegre) e no colégio militar do Rio de Janeiro, onde se formou agrimensor. Após ter se formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e feito carreira militar (como o pai e o avô)¹⁴, José Diogo participou das revoltas militares na década de 1920. Chegou a ser excluído das Forças Armadas, porém retornou à carreira militar e alcançou a patente de tenente-coronel (1943). Sua iniciação política se deu trabalhando como engenheiro na Secretaria de Obras Públicas do Estado e ocupando a secretaria geral do partido do qual seu pai era dirigente, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Subsequentemente, ocupou o posto de intendente de São Pedro do Sul (1930) e de Viamão (1931 e 1932). Na década de 1940, além de diretor da Viação Férrea, destacou-se como líder sindical dos ferroviários no estado. Sua profissionalização política se deu, então, no decorrer do Estado Novo, fazendo parte da rede política ligada a Getúlio Vargas e aos interventores estaduais.

Com a redemocratização do país, José Diogo foi: o terceiro deputado federal mais votado pelo Partido Social Democrático/PSD (1945); o deputado estadual constituinte mais votado pelo PTB (1947); líder do PTB e da oposição como deputado estadual; presidente da Assembleia Legislativa; deputado federal mais votado pelo PTB (1950); e líder do PTB na Câmara dos Deputados, durante o governo de Getúlio Vargas.

Um episódio lido como marcante dessa etapa da sua carreira política teria sido a disputa com Alberto Pasqualini à vaga de candidato a governador pelo PTB, em 1954. Derrotado pela facção que controlava o partido e era liderada pelos cunhados João Goulart (Jango) e Leonel Brizola; José Diogo recusou o convite para concorrer ao Senado, na chapa que incluiria Pasqualini para governador e Jango para uma das vagas ao Senado. Ele decidiu se descolar da convenção e da legenda, lançando-se candidato a governador pelo Partido Social Progressista (PSP). Entretanto, não obteve êxito na eleição.

A entrada de José Diogo nessa disputa entre lideranças políticas pelo espólio de Getúlio Vargas e do PTB, vinha amparada nos trunfos de ser filho de um importante líder do PRR e irmão de lideranças do PTB. Ao que era somado uma “folha de serviços prestados” e dedicados ao PRR e aos interventores nomeados por Getúlio Vargas, assim como ao deslocamento para o PTB, que lhe rendeu oportunidades de ocupação de praticamente todos os principais cargos em âmbito estadual e federal. Contudo, dois fatores teriam pesado para o seu insucesso na disputa relatada: em primeiro lugar, seu pai, Otávio Rocha, era considerado seguidor de Borges de Medeiros, um dos concorrentes de Getúlio Vargas pela liderança do PRR; em segundo lugar, seus irmãos fizeram movimentos de aproximação, mas também de enfrentamento com o círculo de lideranças da órbita de Vargas¹⁵. É o caso dos desentendimentos com a principal liderança do partido, Leonel Brizola. A passagem que segue foi extraída de uma entrevista com o sobrinho de José Diogo, Geral-

14. Sobre as famílias de militares no Rio Grande do Sul, ver a contribuição de Seidl neste dossiê.

15. Para mais detalhes, ver Grill (2003).

do Brochado da Rocha Filho, na qual avalia que todos eles demonstravam pretensão de liderança e protagonismo:

O Antônio era o mais próximo do Brizola. Até porque o Antônio nomeou o Brizola como chefe do setor de jardins da prefeitura quando prefeito. (...). O Francisco foi colega

de parlamento do Brizola. (...) E ele chegou a convidar o Brizola para um duelo, né? Ele queria duelar com o Brizola e ele mandou o Brizola escolher os padrinhos. (...). O José Diogo era um líder muito grande pra ser afinado com alguém. E o meu pai era afinado com ele mesmo, muito anárquico. [entrevista realizada pelo autor, grifos meus]

O segundo filho de Otavio Rocha, Antônio Brochado da Rocha (recebeu o primeiro nome do avô paterno), também estudou no colégio Anchieta, formou-se em advocacia pela UFRGS e se casou com uma filha de estancieiros de Alegrete (município localizado no oeste do estado, a 506 quilômetros de distância da capital Porto Alegre). Ele ingressou na política como “oficial de gabinete” do pai. Foi vice-intendente de Loureiro da Silva e intendente nomeado em Porto Alegre, na década de 1940. Além disso, foi secretário estadual de educação (1944-1945) e da fazenda (1951-1955), conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas da União (nomeado pelo então presidente Getúlio Vargas). Foi colega de secretariado de João Goulart, no governo de Ernesto Dorneles, com quem teve atritos por conta da implantação de imposto sobre grandes propriedades rurais, segundo depoimento de um dos seus sobrinhos (Entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho). Concorreu a deputado federal (1950) e a senador em 1962. Não teve filhos (<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/rocha-antonio-brochado-da-Rocha>; entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho). O terceiro, Francisco (o terceiro entre os homens e registrado com o segundo nome do avô paterno) estudou no Instituto Lafayette, no Rio de Janeiro, e no colégio militar de Porto Alegre. Formou-se em advocacia e lecionou direito constitucional (sua tese para assumir a cátedra foi sobre presidencialismo), sempre na UFRGS. Casou com a filha de um médico de Porto Alegre. Eles tiveram um filho, Otávio Caruso Brochado da Rocha, que será apresentado adiante. Francisco Brochado da Rocha participou ativamente da “Revolução de 30”. Em 1947, foi eleito deputado constituinte pelo PSD (como líder do governo de Walter Jobim, teve como grandes adversários o seu próprio irmão, José Diogo, Leonel Brizola e João Goulart) e antes disso havia sido secretário de educação e cultura (1945-1946). Foi ainda consultor geral da presidência da república (1954-1955, já filiado ao PTB), secretário do interior e justiça (no governo de Leonel Brizola) e primeiro ministro no período parlamentarista do presidente João Goulart. (<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-brochado-da-rocha>; entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho). Por fim, o filho mais novo de Otávio Rocha, Geraldo Brochado da Rocha, como a maioria dos irmãos, estudou no Colégio Anchieta e cursou a mesma faculdade. Lecionou em várias es-

colas de Porto Alegre. Participou do corpo docente da UFRGS e foi procurador desta instituição. Sua esposa é prima de Osvaldo Aranha, descendente de uma “família” de grandes proprietários rurais na “fronteira-oeste” (em Alegrete), e filha de um “dono de cartório” em Itaqui (RS). Geraldo foi vereador em Porto Alegre, deputado estadual e candidato ao Senado, sempre pelo PTB. Teve um filho, Geraldo Brochado da Rocha Filho (apresentado a seguir), e três filhas, sendo que uma delas foi pró-reitora da UFRGS (entrevista com Geraldo Brochado da Rocha Filho).

As rivalidades acumuladas no âmbito do PTB, principalmente com os cunhados Leonel Brizola e João Goulart, somadas ao golpe militar – que enfraqueceu o núcleo original de protagonistas que reivindicavam a “herança getulista” e provocou uma renovação dos “quadros trabalhistas” no estado¹⁶ – podem ser apontados como elementos que influenciaram no declínio político da “família”. Refletindo-se nas carreiras políticas dos seus descendentes.

Entre as décadas de 1960 e 1980, Otá-

vio Caruso Brochado da Rocha e Geraldo Brochado da Rocha Filho, filhos, respectivamente, de Francisco e Geraldo Brochado da Rocha, alcançaram algum destaque político. Ambos apresentam investimentos escolares semelhantes aos ascendentes, como terem estudado e lecionado na Faculdade de Direito da UFRGS. O primeiro concentrou sua atuação política em postos de direção partidária e se tornou um dos “ideólogos” ou “teóricos” do PDT, escrevendo dezenas de ensaios e artigos sobre o tema.

Otávio Caruso Brochado da Rocha foi líder estudantil (presidente do Centro Acadêmico André da Rocha da Faculdade de Direito da UFRGS), deputado federal em 1966, pelo MDB, foi secretário geral do MDB, no estado, e do PDT, no país, candidato a vice-governador, em 1982, e a deputado federal, em 1986, sem sucesso nas últimas empreitadas que concorreu já pelo PDT. Foi presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e membro do Conselho da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

16. Ver Grill (2003).

Os trechos reproduzidos na sequência – extraídos de prefácio para livro¹⁷ do seu correligionário e contemporâneo no PTB, MDB e PDT, Miguel Bodea¹⁸ – são reveladores dos elementos que Otávio Caruso e outros protagonistas da sua geração (a maior parte deles também provenientes de “famílias de trabalhistas”) valorizam na chamada “tradição trabalhista”. Eles, ao mesmo tempo, compartilhavam e disputavam um sentido de continuidade entre siglas – do PRR às agremiações surgidas nos anos 1980, como PDT, PMDB, PTB e PT, passando pelo PTB e MDB –, bem como exaltavam a sucessão dos “ícones”, como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e José Diogo Brochado da Rocha, entre outros. Professavam a importância desses partidos, a identidade ideológica e a vinculação com determinadas classes, como marcas que singularizam a “política gaúcha”.

(...) o Partido Trabalhista Brasileiro (...), sobreviveu no coração do povo, enroupado com a legenda do Movimento Democrático Brasileiro, a desfrutar de permanente apoio dos trabalhadores e da pequena burguesia, sobretudo rural. (...) Por que ressoava em todos (...) a carta testamento do Getúlio? Ou perpassava nas concentrações partidárias o pensamento de Pasqualini e a tragé-

dia de Jango? Ou estrugiam nos comícios as ovações permanentes a Brizola? Onde hauriria tanta seiva o tronco trabalhista? (...) e a seção mais importante do PTB, foi, sem dúvida, a gaúcha, onde militaram GETÚLIO, JANGO, BRIZOLA, PASQUALINI, FERRARI, BROCHADO DA ROCHA, - entre outros - cinzelando o projeto de um partido de massas, para a transformação social. (...) GETÚLIO VARGAS se coloca como ponte ao vincular o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) como o Partido Trabalhista Brasileiro. (...) Getúlio ainda vive, pela carta testamento, tanto no afeto das massas quanto na consciência do povo exilado. Dois vívidos traços do PTB se manifestam no combate ao imperialismo e na luta pela emancipação proletária. (BROCHADO DA ROCHA, 1979, p. 7-9, nomes próprios e carta testamento destacados em maiúsculo no original).

Otávio Caruso da Rocha foi, então, um dos protagonistas da política regional dos anos 1970 e início dos anos 1980 a reivindicar um lugar nessa *genealogia simbólica* (ABÉLÈS, 1992). Buscou se legitimar, de um lado, via inscrição nesse tecido relacional constituído por uma teia de “famílias”, identificadas com o “trabalhismo” e espalhadas pelo território sul-rio-grandense, e, por outro lado, por conta dos seus supostos talentos intelectuais, como formulador

17. A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho.

18. Miguel Bodea nasceu em Minas Gerais. Oriundo de um “grupo familiar” com significativos investimentos escolares, ele estudou no colégio de Aplicação da UFRGS, se formou em economia em Cambridge (Inglaterra) e em Ciências Sociais na École des Hautes Études en Sciences Sociales (França) e obteve o título de mestre em Ciência Política pela USP. Foi assessor do MDB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na década de 1970, e do governador do Rio de Janeiro pelo PDT, Leonel Brizola, na década de 1980. Foi um dos idealizadores do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do MDB e consultor do Instituto Latino-Americano do Desenvolvimento (ILDES), órgão vinculado a Friedrich Ebert-Stiftung (instituição alemã ligada a social-democracia). Publicou *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul* (1992) e *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho* (1979).

de leituras autorizadas sobre a história do “trabalhismo gaúcho” e sobre suas expectativas de perpetuação. Assim como seu primo, Geraldo Brochado da Rocha Filho, que chegou a ser líder estudantil no colégio Júlio de Castilhos (principal escola estadual da capital e viveiro de formação de lideranças políticas no estado), e foi, na sequência, assistente do então governador Leonel Brizola (1959-1962). Elegeu-se vereador em Porto Alegre, pelo MDB e pelo PDT, por três legislaturas (1972-1992). Retirou-se dos pleitos eleitorais a partir da década de 1990.

Não há registro de netos ou netas dos quatro irmãos Brochado da Rocha (José Diogo, Antônio, Francisco e Geraldo) com atuação na política eletiva nas três últimas décadas.

2.2. “Vetter/Fetter”: ascensão dos “colonos”

Os percursos dos políticos descendentes de imigrantes alemães “Vetter/Fetter” foram tributários da ascensão econômica dos seus ascendentes entre os anos 1920 e 1940, e da reconversão de recursos econômicos (entre outros) em bases políticas. Isso em consonância com o investimento em formações escolares diversificadas e em alinhamentos localizados mais à direita do espectro de opções partidárias.

As principais fontes para a reconstituição desse caso foram os livros de Fetter Jr., em especial o que trata da sua própria biografia (2014), e também publicações dedicadas à genealogia dos seus antepassados (1999; 1997). Os elementos pré-textuais (prefácios, apresentações, orelhas, etc.) presentes nessas produções fornecem algumas pistas das razões que o motivaram a tais empreendimentos editoriais. Desde o dese-

jo de relatar sua própria “trajetória como trabalhador, acadêmico e político” (FETTER JR., 2014, p. 15) até a intenção de “relembrar (...) de modo a que não se perca” a história dos imigrantes ligados à sua “família” (Idem, 1997, p. 17), passando pela preocupação que “as pessoas possam conhecer e preservar uma parcela da sua história familiar” (Idem, 1999, p. 3). Em todos os relatos, autobiográficos ou genealógicos, verifica-se o esforço de inscrição de personagens e sobrenomes na história política, econômica e étnica do estado, particularmente da “região sul”, por meio de narrativas que associam personalidades e a “família” a valores como “trabalho”, “empreendedorismo”, “superação”, etc.

Na publicação autobiográfica, Fetter Jr. relata que descende de Joham Vetter (o sobrenome da “família” posteriormente foi “aportuguesado” para Fetter), que migrou da Alemanha em 1826 e se instalou no município de Campo Bom (Vale do Rio dos Sinos/RS/BR). Entre os seus filhos, o mais velho, Jacob Fetter, veio a ser Capitão da Guarda Nacional (distinção obtida por sua participação na Guerra do Paraguai) e adquiriu terras no município de Alto Feliz. Ele teve 14 filhos. Antônio José Fetter, o oitavo filho na ordem de nascimento, deslocou-se para o sul do estado. Radicado na “zona colonial” de Pelotas, no final do século XIX, casou com Emília Bohns, filha do comerciante Guilherme Bohns (proprietário de um pequeno armazém de “secos e molhados” e depois de uma venda e pousada). Em 1919, Antônio José Fetter fundou a empresa Antônio Fetter & Filho, voltada à comercialização de “gêneros coloniais”, tendo como sócio seu terceiro filho (o segundo entre os homens), Adolfo Fetter, avô de Fetter Jr.

Adolfo Fetter estudou até o quinto ano primário alcançando o título de “guarda-livros” – escolaridade baixa quando comparada àquela da elite econômica e política do município, mas elevada para os padrões das “famílias da colônia”, que não tinham acesso ao sistema escolar e precisavam se deslocar para a zona urbana. Casou-se com Olga Schild, descendente de uma “família” de “abastados comerciantes” da “zona rural” de Pelotas. Na década de 1920, ele passou a diversificar suas atividades e a centralizar uma rede de parentesco constituída por laços de consanguinidade e matrimoniais¹⁹. Dividiu-se entre os negócios familiares, quer dizer, o armazém que fundara com o pai, Antônio José Fetter, o comércio herdado do avô Guilherme Bohns, e uma nova frente de negócios dedicado à exportação de cereais. Tudo isso associado à atividade como “capataz” de um engenho de arroz do Coronel Pedro Osório²⁰. As relações familiares e pessoais o auxiliaram na expansão dos ramos nos quais investia, e na afirmação da liderança nos vários empreendimentos. Em 1932, Adolfo Fetter passou a ser sócio do tio da sua esposa, João Schild (parceiro do Coronel Pedro Osório na “fundação de granjas de arroz”), na firma João Schild & Cia. Posteriormente, em 1938, a empresa foi renomeada, denominando-se Fetter & Cia. Nessas décadas, dedicou-se continuamente à produção de arroz, em sociedades estabelecidas com irmãos e cunhados. Tornou-se ainda acionista majoritário do jornal *Diário Popular*, em 1938 – periódico por ele presidido durante 14 anos. No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, investiu em um loteamento que passou a ser o principal balneário de férias no município, a Praia do Laranjal. Lançou-se também na área metalúrgica, fundando a empresa Brink. Presidiu um dos principais clubes da cidade, o Clube Diamantinos, no início da década de 1940 – homenageado depois com a escolha de seu nome dado ao salão de festas –, e foi membro do Rotary Clube (Idem, 2014).

Na reconstituição feita do perfil do seu avô, Fetter Jr. assumiu a *estratégia de sociodiceia* por meio do emprego de uma narrativa modelar, que sublinha a ascensão social a partir das condições adversas

(imigração, baixa escolarização, etc.), denegando a interferência de condicionantes favoráveis presentes na biografia, mormente quando cotejados com aqueles disponíveis aos demais “colonos”.

19. Dos catorze irmãos de Adolfo Fetter, três morreram ainda crianças. Quanto aos demais, há informações sobre as atividades profissionais dos seis homens. Cinco dedicaram-se, em algum momento, à plantação ou comercialização de arroz. Entre eles, quatro trabalharam, ao longo da vida, com Adolfo Fetter (FETTER JUNIOR, 1997, P.115-116).

20. Pedro Luís da Rocha Osório, tropeiro que ficou conhecido posteriormente como “rei do arroz”, em virtude dos investimentos e dos resultados que obteve na produção desse cereal. Foi chefe do Partido Republicano em Pelotas e comandante superior da guarda nacional, o que lhe rendeu o título de coronel do exército. Foi vice-presidente do estado, entre 1903 e 1908. Faleceu em 1931.

No fim da vida que iniciara como empregado no comércio, depois, como sócio em uma pequena mercearia familiar, possuía nada menos que 12 mil hectares de terra. (...). Não possuindo terras, propriedades, nada além de muito empenho, evoluiu de capataz a patrão em pouco tempo. Havendo estudado até o quinto ano do primário (com grande dificuldade, deslocando-se à cidade a pé ou a cavalo, diariamente, para ser 'guarda-livro'), empreendeu e prosperou como preparado douto: acionista do Jornal Diário Popular (...), adquiriu o incipiente loteamento da Praia do Laranjal, investiu no campo e em fábricas e ainda teve fôlego para ser vereador, vice-prefeito e prefeito. (...). Conseguia conjugar sua veia empreendedora e seu altruísmo como poucos (Idem, 2014, p. 28-29).

As funções eletivas (vereador, entre 1936 e 1937, pelo PRR; vice-prefeito, entre 1948 e 1951, e prefeito, entre 1956 e 1959, pelo PSD) são apresentadas como coroamento da ascensão social ("prosperou"). O empreendedorismo legitimaria a condição de protagonista capaz de rivalizar ("como um preparado douto") com os membros das "elites tradicionais" (escolarizadas, estabelecidas há décadas social e politicamente, mas muitos dos seus membros em franca decadência econômica). Os cargos públicos constituiriam funções complementares (demonstrações do "fôlego" que teria e do "altruísmo" que o distinguiria), somando-se aos demais investimentos efetuados.

O filho primogênito de Adolfo Fetter, Edemar Fetter, casou, em 1948, com Neiva Kaastrup, filha do comerciante urbano (dono de uma correaria), Hugo Kaastrup. Assumiu a função de diretor da área financeira na empresa agropecuária familiar e também do jornal Diário Popular. Foi prefeito de Pelotas, eleito pelo Partido Libertador/PL em aliança com o PSD, entre 1964 e 1968 (quando também terminou o curso de economia pela Universidade Católica de Pelotas/UCPEL) e vice-governador do estado (eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa e então filiado à Aliança Renovadora Nacional/ARENA), entre 1971 e 1974. O terceiro filho (e segundo entre os homens), Adolpho Antônio Fetter, responsabilizou-se pela diretoria de produção técnica nos "negócios da família", tendo incrementado a área de pecuária e inserido a plantação de soja no empreendimento familiar. Formou-se em agronomia, em 1950, e, logo em seguida, casou-se com Olenka Vieira Motta (filha de um dos proprietários de indústria de óleo de linhaça e de soja). Na "colônia" era chamado de Adolfinho e de Doutor, o que, segundo seu filho, fez com que fosse conhecido na "zona rural" como "Doutor Finho" (Idem, 2014, p. 33). Esse registro denota a raridade do título entre as "famílias" de produtores rurais da "colônia" naquele período. Foi secretário estadual de agricultura, entre 1963 e 1966, e vice-prefeito de Pelotas, entre 1969 e 1972, representando o PSD e a ARENA, bem como membro do Rotary Clube (presidente entre 1968 e 1969) e conselheiro do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA).

Um tio e o pai de Fetter Jr., respectivamente Edegar e Adolpho Antônio, assumiram papéis complementares na gestão do patrimônio familiar, seja se dividindo na ocupação de postos políticos locais e estaduais (em um momento, respectivamente, como prefeito e secretário estadual e, em outro, como vice-governador e vice-prefeito), seja assumindo distintas atribuições nos negócios da família (urbano x rural, financeiro x produção). Quando Adolfo Fetter morreu, esses dois irmãos se tornaram sócios de negócios da família e na administração da transmissão dos espólios, particularmente políticos, entre os sucessores. Dos filhos de Edegar, a empresária Virginia Fetter foi vereadora de Pelotas, presidente da Câmara Municipal e dirige o jornal *Diário Popular*. E Adolpho Antônio teve dois filhos: uma mulher (formada em medicina e que fez carreira no interior de São Paulo, chegando a ser secretária municipal de saúde), e um homem, Adolfo Antônio Fetter Jr.

Fetter Jr. foi o principal protagonista político da “família” em sua geração. Nasceu em Pelotas e residiu em meio urbano, embora faça questão de frisar: “Cresci na granja, brincando com os filhos dos funcionários e, nas férias, com primos e amigos. (...) Aos seis [anos] fomos morar na cidade, mas não abandonei o campo” (Idem, 2014, p. 47). Estudou em colégios particulares de Pelotas (1960-1963; 1967-1971) e de Porto Alegre (1964-1966). Em um deles, o Colégio Gonzaga (localizado na sua cidade natal), atuou no movimento estudantil, sendo secretário de imprensa, secretário geral e presidente do Grêmio. Antes de concluir o terceiro ano científico, participou de um programa de intercâmbio (American Field Service/AFS), o que lhe possibilitou a primeira experiência de internacionalização, residindo na cidade

de Rockville (Maryland/EUA). No retorno, criou um comitê da AFS em Pelotas e foi presidente da associação dos comitês locais da AFS no Brasil. cursou Agronomia, entre 1974 e 1976, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e Administração, pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Nesse período, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPEL e militou na juventude da ARENA.

Na sequência, deu início a uma breve, mas bem sucedida, carreira no domínio universitário, inicialmente ingressando no mestrado em administração pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro. Logo em seguida, lecionou na Faculdade Estácio de Sá, na qual coordenou os cursos de graduação e pós-graduação em administração. Casou-se com Leila Maria Buss Wulf, uma descendente das tantas “famílias” de comerciantes e líderes políticos da “zona colonial” que apoiavam “os Fetter” em campanhas eleitorais. Ela trabalhou como apresentadora de TV e como professora – era graduada em arquitetura e pós-graduada em desenvolvimento social, pela UCPEL.

Fetter Jr. era professor quando fora aprovado em seleção feita entre os alunos da FGV para compor os quadros do Banco Nacional de Habitação (BNH), o que teria ensejado a escolha do tema de sua dissertação: demanda habitacional no Brasil. No início da década de 1980, cursou os créditos de um doutorado em ciência política, possibilitado por uma parceria da Faculdade Estácio de Sá e a Universidade de Paris V (René Descartes). Essa etapa de formação foi concluída em 1984, quando já voltara a Pelotas, com a defesa de uma tese que abordou o funcionamento e a organização da Câmara Municipal de Pelotas, entre 1947 e 1982. Paralelamente, ministrou dis-

ciplinas na UCPEL em cursos de graduação e pós-graduação e passou a atuar na área

da pecuária da empresa familiar, quando iniciou um longo trajeto de cargos eletivos.

Foi vereador eleito em 1982; candidato a deputado federal constituinte em 1986; candidato a prefeito em 1988 (sem sucesso nessas duas eleições); deputado federal eleito para três legislaturas, entre 1991 e 2002; secretário estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, em 1995; vice-prefeito de Pelotas (em 2005); prefeito empossado em 2006 (com a renúncia seguida da morte do então prefeito); e prefeito eleito, entre 2009 e 2012. Ainda teve participação direta nas campanhas da sua esposa, Leila Fetter, à prefeitura em 2000, sem sucesso, e à deputação estadual em 2002 e 2006, bem sucedida, e em 2010, não vitoriosa²¹.

Entre o último mandato de deputado e o retorno à política municipal, como vice-prefeito, Fetter Jr. foi derrotado (2002), tanto nas prévias do seu partido – o Partido Progressista (PP), que escolheu o candidato a governador –, como na tentativa de reeleição à deputação federal (embora tenha obtido maior votação que nos pleitos anteriores). Nesse mesmo ano, e com a morte do pai, ele assumiu a direção da empresa familiar.

A carreira política não havia lhe afastado completamente das inscrições nos domínios culturais e das atribuições como “intelectual”. Como foi possível observar, sua produção acadêmica (dissertação e tese de pós-graduação, defendidas respectivamente em 1978 e 1984) estivera diretamente ligada aos papéis políticos que almejava assumir (administrador público e parlamentar). Da mesma forma, seu trajeto político foi acompanhado pela confecção de produtos que certificassem sua capacidade de “reconstituição da história”, de elaboração de “diagnósticos” e de formulação de

“projetos” atinentes à “realidade regional”. Simultaneamente ao exercício dos cargos eletivos, escreveu com regularidade nos jornais *Diário da Manhã* e, principalmente, no *Diário Popular* (administrado por primos). No seu livro de “memórias”, faz questão de ressaltar: “Publiquei vários artigos em jornais e revistas” e “anualmente, entre 1996 e 2002, apresentei e distribuí um livro com a síntese do trabalho, desenvolvido, em encontros anuais de prestação de contas de mandato parlamentar, a cerca de 200 lideranças dos municípios que representava” (Idem, 2014, p. 118).

No primeiro mandato de deputado federal, Fetter Jr. assumiu a presidência da Fundação Milton Campos (órgão de estudos e pesquisas do seu partido). No segundo, publicou “Os Vetter/Fetter – 170 anos de RS e Brasil” (Editora do autor, 1997). Já no primeiro ano do seu terceiro mandato, lançou “Pioneiros, aventureiros, guerreiros e seus herdeiros” (Editora da UFPEL, 1999) e “Metade sul do RS – lutas e desafios” (Editora da UFPEL, 1999). Teria sido esta produção

21. Para um histórico dessas campanhas, bases e redes acionadas e resultados eleitorais, ver Grill (2008).

que ocasionou o convite para ocupar a cadeira número 33 da Academia Pelotense de Letras, em 2000.

O primeiro livro, que simbolicamente ostenta na capa a foto do “monumento ao colono”, reconstitui a genealogia da “família Fetter”. Segundo o autor: “o que se encontra aqui são fragmentos das vidas de diversas pessoas e ramos da família Vetter/Fetter que (...) evidenciam ser esta gente irrequieta e não-acomodada. Enfim, gente comum, sem nobiliarquia (...), mas que buscou – e conseguiu – criar um futuro novo para si e para a terra que adotou como sua” (Idem, 1997, p 17). A segunda publicação – que traz na capa a ilustração de um mapa no qual os continentes europeu e latino-americano estão destacados e com setas, que indicam os deslocamentos da Alemanha para o Rio Grande do Sul –, está dividida em três volumes. No volume 1, o autor busca rastrear os ascendentes dos seus próprios avós e dos avós de sua esposa, para identificar “os antecedentes a cada geração, buscando chegar aos primeiros antepassados que vieram para este país” (Idem, 1999, p. 68). Os volumes 2 e 3, denominados “Álbuns de famílias”, são constituídos de fotos e documentos referentes aos distintos “ramos familiares”. Por intermédio desse *corpus* de textos, imagens, diplomas, certificados, etc., observamos, por um lado, o investimento realizado no sentido de celebração de valores como “pioneirismo” e “empreendedorismo”, e na associação entre os indivíduos pertencentes a esses “ramos

familiares” e determinadas bases de estima social. Por outro lado, o esforço empregado no intuito de estabelecer, sedimentar e perenizar laços entre descendentes, promovendo a coesão social e os elos de interconhecimentos e inter-reconhecimentos. Por fim, “Metade sul do RS – lutas e desafios” reúne um conjunto de pesquisas e ações políticas efetuadas pelo parlamentar com vistas à produção de um “diagnóstico” sobre as dificuldades regionais e as possibilidades de superação da “distância entre a parte rica e a parte empobrecida [da sociedade gaúcha]” (Idem, 1999, p. 12). Desse modo, mobiliza credenciais intelectuais que o distinguem entre os políticos e as experiências administrativas (como ex-secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais) e legislativas (3 mandatos como deputado federal) para afirmar sua função de mediador e porta-voz da chamada “metade sul”.

Em 2014, Fetter Jr. publicou o livro autobiográfico, intitulado “Da vida e da política: o que vivi, o que fiz e o que penso”. Na capa, consta uma foto do autor com casarões históricos da cidade de Pelotas ao fundo (cidade que governou por dois mandatos), aparentemente simbolizando a inscrição do próprio Fetter Jr. e da “família” no centro do espaço de poder municipal. No mesmo ano, foi derrotado na tentativa de chegar à Assembleia Legislativa. Possui quatro filhas, que até o momento não tiveram qualquer experiência em pleitos eleitorais como candidatas²².

22. Percebe-se, pela ausência de “herdeiros/as” na competição eletiva, uma espécie de esgotamento/saturação dos “modelos” de sucessão política nas “famílias” Brochado da Rocha e Fetter (mesmo que momentaneamente). Um desdobramento da pesquisa, que parece promissor, é identificar os destinos sociais dos descendentes dos primos Adolfo e Virgínia Fetter, e Otávio e Geraldo Brochado da Rocha, inclusive a adoção de outras formas de relação com a política.

3. "Os mineiros"

Para Minas Gerais, diversos autores já grifaram alguns traços salientes que caracterizariam a "elite política" desde o final do século XIX. Entre eles, sobressaem-se: a influência que os "políticos mineiros" costumam exercer na vida política nacional; a tendência de reprodução de determinadas "famílias" no espaço do poder, via ocupação de cargos políticos; a capacidade demonstrada pelos ocupantes – de mandatos e postos na administração – de intermediação de recursos federais para Minas Gerais (SCHWARTZMAN, 1982; WIRTH, 1982; CANÊDO, 2011). Os "vultos" da política daquele estado atraíram a atenção de muitos analistas, que apontaram como certas idiosincrasias das "raposas mineiras" contribuíram para a fabricação da *mitologia da mineiridade* (ARRUDA, 1999). As características assinaladas podem ser mobilizadas no sentido de exaltação (como a posse de competências necessárias à "arte da negociação ou da conciliação"), ou de detração (para confirmar o "conservadorismo" ou o "provincianismo" dos políticos). No entanto, essas imagens relativas ao "modo mineiro de fazer política", naturalizadas pelo trabalho de ensaístas (jornalistas, intelectuais e escritores) e dos próprios protagonistas, desviam o olhar das condições da produção dessas "vocações" que, sobretudo, devem muito à transmissão de disposições e à viabilização de investimentos em escolaridade e carreiras profissionais, políticas e intelectuais efetuadas no âmbito familiar (CANÊDO, 1997, 2011 e 2013).

Os estudos sobre a composição social dessa "elite política estadual" mostram que, desde a denominada República Velha até os anos 1990, o padrão de recrutamento fora marcado pela presença de "antigas famí-

lias", estabelecidas com o *boom* da mineração (século XVIII) ou com a plantação de café e o comércio (século XIX).

Nas primeiras décadas do século XX, observa-se a coesão dos dirigentes políticos propiciada por laços de parentesco e elos geracionais, incluindo as passagens pelas faculdades de direito (em São Paulo) e medicina (no Rio de Janeiro), bem como pela adesão à religião católica (WIRTH, 1982). Nas décadas seguintes, os postos eletivos e a administração pública continuaram concentrados por "famílias dotadas de sólido lastro cultural e de amplo cabedal de prestígio e poder", que se especializaram "no desempenho de funções políticas e administrativas, na prestação de serviços jurídicos e na produção de obras intelectuais e científicas" (MICELI, 1981, p.584-585).

Com efeito, as *multinotabilidades* eram garantidas por lugares comuns de formação e laços de reciprocidade entre seus membros, reproduzidos por "herdeiros", que acumulavam recursos sociais e políticos por intermédio de: casamentos; transmissão de competências no meio familiar; aprendizagens precoces em cargos; constituição de redes de clientelas via cargos políticos; e da passagem pelas faculdades de direito (em Minas Gerais) e de engenharia (no Rio de Janeiro), nas quais conquistavam não somente conhecimentos e habilidades, como também reforçavam os vínculos de amizade e com a parentela. Já no regime militar, a esses trunfos foram somados os acessos franqueados a postos de agências estatais, que possibilitavam o atendimento aos municípios nos quais as "famílias" construíram suas bases eleitorais (CANÊDO, 2013).

Até bem recentemente, em Minas Gerais, a situação de quase monopólio desfrutada por determinadas "dinastias" obs-

taculizava a chance de descendentes de imigrantes e de pretendentes originários das camadas mais baixas da sociedade a chegarem a posições políticas de relevo. Nas últimas décadas, alguns agentes teriam superado essas barreiras sociais e políticas graças à socialização em ambientes que configuraram novos “viveiros” de políticos. As experiências no regime militar, as predisposições para a defesa de causas constituídas em diferentes fases do percurso escolar e a passagem por movimentos trotskistas ou católicos, além da luta contra a ditadura, seriam propulsoras de novas lideranças, que se afirmaram a partir dos anos 1990, notadamente via o Partido dos Trabalhadores (CANÊDO, 2013).

Uma parcela importante dessa elite se destacou por intervenções enquanto “intelectuais”, granjeando reconhecimento como escritores de gêneros variados (romances, contos, ensaios, biografias, trabalhos técnicos, etc.). Muitos deles (29 já mapeados e examinados em um banco de dados) se concentraram na produção de interpretações e releituras atinentes às especificidades regionais. Sobre esses, podemos sublinhar algumas tendências indicativas da predominância de um padrão “tradicional” de reprodução nos domínios políticos e culturais do estado. Em uma proporção maior que em outras configurações já estudadas, constatamos a presença de “herdeiros de genealogias de políticos” e a incidência da passagem por faculdades de direito (sobretudo da UFMG, em Belo Horizonte), com a atuação profissional delas derivadas (advocacia, promotoria e magistratura). Em termos de produção escrita, eles se dedicam a dois gêneros: as “biografias históricas” e os textos de cunho mais “setorializado” (REIS e GRILL, 2017b).

3.1. “Badaró”: uma “tradicional família mineira”

O sobrenome Badaró tem notabilidade no rol das “grandes famílias” que, desde o século XIX, demarcaram os padrões de acesso aos postos de poder político que prevaleceram ao longo da segunda metade do século XX, em Minas Gerais. A descrição desse caso traz à tona não apenas as imagens arraigadas das “heranças políticas” – associando-as a alinhamentos partidários entre os membros, notadamente via aproximações mais à direita no espectro político –, como também o peso das inscrições culturais e reconhecimentos intelectuais para a sua afirmação social.

O material utilizado é basicamente produzido por um dos “herdeiros” da linhagem, cuja estreia na política ocorreu na década de 1950. Quando faleceu em 2015, aos 84 anos e com atuação destacada na Academia Mineira de Letras, Murilo Badaró foi homenageado como “um mineiro exemplar”, comparado a outros que teriam, igualmente, pautado sua “vida pública com a mesma correção da vida pessoal e familiar” (DRUMMOND, 2015).

Com significativas inserções culturais e intelectuais, ele se empenhou consistente e ininterruptamente à publicação de livros e se sobressaiu como “biógrafo dos maiores nomes contemporâneos da política mineira” (Idem). Uma das biografias de consagração produzidas por Murilo – quando já estava aposentado das atividades eletivas – colocou seu avô no papel de “narrador-defunto”.

No decorrer de sua carreira política e intelectual, Murilo Badaró produziu biografias, por exemplo, de alguns eminentes personagens, que assinaram o notório “Manifesto dos Mineiros”, publicado no aniversário da “Revolução de 30” (24 de outubro de 1943), em defesa da democracia e do fim do Estado Novo. É interessante observar a ênfase nas ideias de “serenidade”, “sobriedade” e “clareza”, para interpelar o “espírito lúcido e tranqüilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento”, visando “recordar, retomar consciência de um patrimônio moral e espiritual, que seria perigoso considerar uma vez por todas como definitivamente adquirido” – com um “tom de conversação em família – família numerosa, porém unida e solidária”, pois “quem conhece a história das tradições da nossa gente, pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsória e prolongada abstinência da vida pública”. http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm.

Boa parte das informações que coletamos foi extraída do livro publicado em 2008, “Memórias Póstumas de Francisco Badaró”. Inspirado na célebre “obra” de Machado de Assis²³, é apresentada como um “romance histórico-biográfico”, que assume características da narrativa modelar: a autobiografia de um personagem morto, não fictício, e assinada por um autor respaldado por laços de parentesco, licença literária e credibilidades intelectuais acumuladas.

Francisco Badaró – fora escritor, promotor, juiz, embaixador e político – é retratado na capa do livro em traje elegante (chapéu, gravata, lenço, colete e terno preto), a bordo de um navio. Provavelmente em referência à sua experiência no exterior como embaixador, um dos principais cargos políticos por ele ocupado (como veremos adiante). Na quarta capa, são

sobrepostas fotos de fachadas de prédios católicos (vaticano e igrejas mineiras), em uma clara alusão à sua identificação religiosa. No prólogo, é explicitado o intuito de “elucidar fatos e versões e restabelecer a verdade” de episódios vividos pelo avô e por outros membros da “família”. Do mesmo modo, é evidente o esforço em realçar qualidades distintivas, valorizadas pela “elite política mineira”. O protagonista é apresentado como “personagem ou espectador privilegiado” de “acontecimentos políticos”, que cultivava o “gosto pelos bons livros” e “a magia da palavra”, além de expressar com veemência sua “crença cristã” (BADARÓ, 2008, p. 7-10).

O romance histórico-biográfico inicia com a apresentação do trisavô de Murilo Badaró e avô de Francisco Badaró, Francisco Coelho Duarte – uma das lideranças

23. Autor reverenciado por Murilo Badaró e ao qual procura se vincular.

influenciadas por Libero Badaró²⁴. Por conta dessa vinculação, Francisco Duarte recebeu o apelido de “Badaró”, posteriormente acrescentado ao seu registro de nascimento como sobrenome. Este personagem e a adoção do sobrenome “Badaró” são os pontos de referência da “origem familiar”. Segun-

do Murilo Badaró, a partir dele: “Nasceu este clã que se espalhou pela Zona da Mata mineira, pelo centro de Minas e pelo Vale do Jequitinhonha, multiplicando-se pelo casamento e a união com outras famílias mineiras” (Idem, p. 19).

Fazendeiro e político, liderança influente na Zona da Mata e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Francisco Badaró casou com Francisca Cândida e Lima, neta de Ayres Gomes, fazendeiro e comerciante (nas suas terras havia uma pousada frequentada por ilustres personagens da história brasileira). A educação dos filhos do casal teria ocorrido por intermédio de um preceptor. A participação de Francisco Duarte (“Badaró”) no movimento da Inconfidência, ao lado de Tiradentes, é exaltada na fonte pesquisada.

Murilo Badaró descreve também seu bisavô (pai de Francisco) membro da Guarda Nacional e vereador em Piranga, que, assim como sua esposa, eram descendentes de fazendeiros. Embora as informações indiquem se tratar de um grupo familiar estabelecido social e economicamente, o traço mais salientado Murilo é a associação com uma espécie de “nobreza” assentada em reconhecimento “cultural”:

[...] minha família participava das camadas superiores daquela sociedade fechada e escravocrata simplesmente pelos pecúlios adquiridos pela educação. Seus títulos de nobreza descendiam de troncos familiares de Borda do Campo ou das escolas frequentadas. Nunca de fortuna ou de bens materiais.

(...). (...) numa espécie de território lindeiro entre a pobreza envergonhada de quem possuía títulos de educação e a suposta importância política adquirida por circunstâncias fortuitas ou de nascimento (Idem, p. 41-42).

A apresentação da biografia do avô – feita por Murilo como se fosse o próprio Francisco – enaltece algumas características comumente associadas aos políticos mineiros, como a religiosidade, o gosto pela história e pela cultura de Minas Gerais, a capacidade de cultivar amizades, a prudência e a discrição. O autor, sem dúvida, incorporou no seu relato muitos traços que edificaram a *mitologia da mineiridade* (ARRUDA, 1999).

24. Trata-se do médico e jornalista italiano Giovanni Battista Libero Badaró. Imigrante, nascido em 1798 (nos arredores de Gênova), que chegou ao Brasil em 1826, depois de estudar em Turim e Pádua. Radicou-se em São Paulo, no ano de 1828. Atuou no jornal “O Farol Paulistano” e fundou seu próprio periódico intitulado “O Observador Constitucional”. Crítico da monarquia, faleceu em 1830, vítima de um atentado.

Nascido em Piranga (MG), foi educado em uma tradicional escola mineira católica (lazarista), o Seminário Caraça. Sobre a sua infância, há diversos registros, no livro escrito pelo neto, da importância dos laços que estabeleceu com a igreja católica e da influência de figuras da Congregação Lazarista em sua formação. Concluiu os estudos secundários, em Ouro Preto (então capital de Minas Gerais), no Colégio Mineiro (que formou importantes intelectuais e políticos do estado). cursou, na sequência, a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, quando escreveu seu primeiro romance, “Fantina” (publicado pela B.L. Garnier Livreiro Editor) – no qual aborda a vida de uma personagem vítima do regime escravista –, e o livro de crítica literária “Parnasso Mineiro” (publicado pela Tipografia do Jornal Província de Minas) – reunindo textos publicados anteriormente no periódico a Província de Minas, de Ouro Preto. Durante o curso teria entabulado relações de amizade com protagonistas da vida política e literária nacional das próximas décadas (Idem). Iniciou carreira jurídica como promotor. Contudo, logo migrou para a magistratura, em Minas Novas (na região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais). Neste período, casou-se com Luíza Nogueira (filha e neta de políticos²⁵, pelo lado paterno, e descendente de um “clã” notabilizado por funções públicas, pelo lado materno), chamada no meio familiar de “sinhazinha” (Idem). Casamento que, segundo o neto, consolidou-se devido: “A chegada dos primeiros filhos (...) [da] irresistível atração física pela donzela interiorana e das conveniências para vencer a solidão e servir ao fortalecimento da política clânica, vigorosa em Minas e no vale do Jequitinhonha”. (Idem, p. 89). A principal atividade de Francisco Badaró teria sido a política. Elegeu-se deputado federal constituinte em 1890 (eleito pelo distrito de Minas Novas, no qual o sogro desfrutava de grande liderança). Ainda durante o mandato – por conta das posições assumidas em defesa do catolicismo na Constituinte (sobretudo relativas à polêmica sobre a relação entre Estado e Igreja naquele contexto de afirmação do positivismo), da amizade que estabelecera com Floriano Peixoto (que sucedera Deodoro da Fonseca na presidência da República) e da formação acadêmica e cultural (principalmente o conhecimento de línguas²⁶) – fora convidado para assumir a Embaixada Brasileira no Vaticano. Em 1903, retornou ao Brasil e teria retomado a carreira de juiz. Elegeu-se senador em 1918, atendendo ao pedido de Artur Bernardes (candidato à presidência de Minas Gerais) com quem mantinha “cordiais e próximas relações” (Idem, p. 287). E, em 1920, obtém êxito na eleição para deputado federal. Como ministro plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé, Francisco Badaró escreveu livros sobre a igreja no Brasil, como: “L’Église au Brésil pendant l’Empire et pendant la République” (publicado em Roma, no ano de 1895, pela Stabilimento Bontermpelli) e “Les Couvents au Brésil” (publicado em Florença, no ano de 1897, pela Imprimerie Salvador Lande). Mas também se dedicou a outros temas como o exército, regimes de governo e animais.

25. Seu pai, o coronel José Bento Nogueira, foi senador entre 1895 a 1898 (CPDOC).

26. Segundo o neto: “Falava fluentemente o latim, o italiano, o inglês e o francês” (BADARÒ, 2008, p. 43).

Segundo a “autobiografia”, o casal (avós de Murilo) tiveram quatro filhos, três homens e uma mulher. Entre eles, Francisco Badaró Júnior (o pai de Murilo), é o mais velho dos irmãos homens. A reputação política que ele teria na região (a base eleito-

ral da “família”) seria como a “retribuição pelos benefícios que sua mão generosa e sua ciência médica espalharam pelos rincões do Vale do Jequitinhonha” (BADARÓ, 2008, p. 320).

Nascido em Minas Novas (MG), Francisco Badaró Júnior estudou no Seminário Católico de Diamantina e formou-se pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Segundo Murilo, seu pai combinaria “fé”, “ciência” e “política” para praticar a “caridade naquela forma descrita por São Paulo” (Idem, p. 320). Francisco Júnior foi prefeito de Minas Novas – município que, como vimos acima, foi controlado por décadas pelo avô e bisavô maternos e pelo pai – e deputado estadual entre 1927 e 1930, além de deputado constituinte, eleito em 1934, com mandato até 1937. Ocupou novamente o cargo de prefeito de sua cidade natal entre 1937 e 1945, dessa vez nomeado pelo presidente da República, Getúlio Vargas. Foi ainda deputado estadual (1947-1951), chefe de gabinete do ministro da Justiça e deputado federal (1956-1963), pelo Partido Social Democrático (PSD). Na vigência do regime militar, já filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), dirigiu o Departamento Nacional da Criança do Ministério da Educação e Cultura (1966 a 1970) e o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-badaro-junior>).

Murilo Badaró é o terceiro filho de Francisco Jr. e o segundo entre os homens. A irmã mais velha é funcionária pública; o irmão é médico como o pai; e a irmã caçula é professora. Ele nasceu em 1931, em Minas Novas (MG), e se afirmou como o “herdeiro político da família”. Estudou no Instituto Padre Machado de Belo Horizonte, no nível secundário, e se formou em direito pela atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou no movimento estudantil e se notabilizou como cantor de ópera em Belo Horizonte. Como barítono, encenou diversas óperas, chegando a ser premiado cinco vezes no Prêmio Orfeu. Foi um dos fundadores da Juventude Musical Brasileira

e presidente de honra da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos e da Sociedade Coral de Belo Horizonte. Ainda nos domínios culturais, escreveu para diversos jornais e assinou um blog.

A carreira de cargos eletivos foi inaugurada em 1958, como deputado estadual por Minas Gerais, eleito pelo PSD. Reelegendo-se, em 1962, pela mesma legenda. Nessa fase de afirmação política, já acumulara vários trabalhos publicados que tratavam de temas ligados à sua formação em direito, como: “Posição dos estados-membros na Constituição brasileira” (1951), “Elaboração constitucional” (1952) e “Papel do estado-membro da Federação” (1952).

Em 1966, atuando na Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi secretário de Governo de Minas Gerais e, entre 1967 e 1978, deputado federal. Teria se distinguido dos pares políticos e correligionários da Arena por suas inscrições culturais, redundando na indicação para compor o primeiro Conselho Consultivo da Fundação Milton Campos, instância de estudos e pesquisas do partido ao qual pertencia²⁷. Eleito sena-

dor, pelo Colégio Eleitoral de Minas Gerais, em 1978, ocupou o cargo até 1984, quando se tornou ministro de Indústria e Comércio no governo de João Figueiredo. Também trabalhou como professor universitário no Centro Universitário de Brasília (CEUB), em 1986; manteve a frequência na publicação de seus textos, e foi entronizado como imortal na Academia Mineira de Letras.

Podemos mencionar os seguintes títulos: “Do Jequitinhonha ao Tennessee” (Sem Editora, 1967), “Reforma e revolução: uma interpretação político-econômica da classe mineira” (Editora Holman, 1970) e “Memorial Político” (Sem Editora, 1976, coletânea de trabalhos parlamentares, como pareceres, discursos e artigos). Depois, contando com a estrutura gráfica do Senado Federal, publicou: “Memorial político” (coletânea de artigos veiculados em periódicos mineiros), “O bombardino” (livro de crônicas publicadas em jornais) e “Alma de Minas” (livro de discursos selecionados).

Os artigos, discursos e crônicas de Murilo Badaró, compilados em forma de livros, já sinalizavam as marcas de sua produção escrita, que seriam ainda mais enfatizadas subsequentemente, quando ele assumiu a presidência da AML e passou a se dedicar prioritariamente à escrita. Podemos observar a combinação da dupla preocupação em: 1) ser o porta-voz das idiosincrasias do cotidiano de Minas Gerais via divulgação/interpretação de “histórias”, que abarcam desde notáveis da vida pública e suas “famílias” às peculiaridades do interior mineiro (com destaque aos “causos” e assemelhados), passando por “diagnósticos” sobre a conjuntura política e o potencial econômico do estado; 2) consagrar perso-

nalidades políticas do estado, notáveis portadores de qualidades que os especificaram na vida pública, ilustrativos da denominada “mineiridade”²⁸, exaltando seus vínculos (diretos e indiretos) com esses personagens, e a centralidade dos mesmos na história política brasileira.

Um desses traços é destacado no prefácio de Antônio Anastasia ao livro póstumo intitulado “Epilogo: crônicas e memórias pessoais” e organizado por Eduardo Badaró (filho de Murilo). No texto, o então governador de Minas Gerais descreve o talento de Murilo Badaró como “cronista habilitado”, para o qual “o mundo oficial pareceu-lhe burlesco e caricatural, à diferença do mundo real, cuja fluidez, inconstância e

27. Sobre o lugar dos Institutos ou Fundações Partidárias na imbricação entre recursos políticos e intelectuais, ver Reis e Grill (2017a).

28. O que, invariavelmente, implica em uma leitura saudosista do passado acompanhada do descontentamento com o presente, como bem mostrou Arruda (1999, p. 200).

lassidão constituiriam os objetos prediletos de suas crônicas semanais” (2011, p. 8).

Outro traço pode ser observado no prefácio de Luís Viana Filho (escritor e político, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que exercia, à época, o cargo de senador), ao livro “Alma de Minas”, de 1984. Ao

comentar o conjunto de discursos reunidos na publicação, ele afirma que os pronunciamentos de Badaró seriam “a melhor prova de que [ele] desde os seus primeiros anos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, jamais deixou de se inspirar nos grandes exemplos da mineiridade” (1984, p.6).

Na sequência, Murilo assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), no governo Itamar Franco. Mais adiante, em 1992, lançou outro livro: “Vigésimo mandamento” (Sem Editora, livro de crônicas). Em 1996, fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros, instituição voltada para reconstituir a história política e cultural do estado. Concorreu, sem sucesso, a senador, em 1998. E terminou sua carreira de cargos eletivos como prefeito, eleito em 2004, da sua cidade natal, Minas Novas (cargo ocupado pelo seu pai em duas ocasiões).

Desde 1998 até seu falecimento, em 2010, foi presidente e se dedicou intensamente às atividades da Academia Mineira de Letras (AML). Ocupante da cadeira 29, tradicionalmente reservada a políticos mineiros (na ordem: Milton Campos, Pedro

Aleixo, Gustavo Capanema, Murilo Badaró e Affonso Arinos de Mello Franco – o filho,), sua produção no final da vida, como foi escrito anteriormente, voltou-se a biografar celebridades da política mineira, inclusive seus antecessores na cadeira.

Publicou: “Milton Campos, um pensador liberal” (Editora Armazém das Ideias, 2001); “José Maria Alkmin: uma biografia” (Editora Nova Fronteira, 1996); “Gustavo Capanema: uma revolução na cultura” (Editora Nova Fronteira, 2000); “Bilac Pinto: o homem que salvou a República” (Ministério da Cultura, 2010); além de “Memórias póstumas de Francisco Badaró” (Editora Claro Enigma, 2008), utilizada como fonte, nesta seção, para a reconstituição do perfil do “grupo familiar”. Além da produção de biografias, continuou a publicar compilações de textos veiculada em jornais mineiros, como: “Floresta de Símbolos” (Editora Armazém de Ideias, 2004) e “Rondó Solitário” (Sografe, 2006).

3.2. "Patrus Ananias": uma afirmação "pela esquerda"

A exposição de perfis, lógicas e inserções de certos componentes da família de Patrus Ananias permitem situar um padrão de afirmação constituído há não tanto tempo no cenário político e intelectual de Minas Gerais. Nesse caso, vêm à superfície nuances cujas incidências não são negligenciáveis, como a adesão de agentes a organizações mais à esquerda e a divisão de parentes em diferentes posições político-partidárias²⁹.

Ele é descendente de imigrante libanês e sua biografia é marcada pela participação em movimentos católicos, estudantis e sindicalistas. Evidenciamos, particularmente, o sentido de missão social acionado para justificar seus investimentos (escolares, profissionais, políticos e intelectuais).

Patrus Ananias é neto de Boutros Hanna Simaen, libanês que chegou ao Brasil em 1908. Segundo consta, a intensificação da imigração libanesa ocorreu no final do século XIX e, diferentemente dos imigrantes europeus – como os colonos alemães mencionados no caso dos Fetter, que se dedicaram fundamentalmente ao cultivo de terras –; os libaneses (cristãos e em situação de penúria econômica) buscavam locais e condições apropriadas ao estabelecimento de atividades comerciais³⁰.

Na inserção da família em território brasileiro, o nome de Boutros foi "aportuguesado" para Patrus João Simão. Ele casou com a filha de um fazendeiro e trabalhou como mascate no interior de Minas Gerais. Ao longo de 20 anos, adquiriu propriedades rurais e, em 1938, foi residir em Belo Horizonte, onde fundou a Casa das Fábricas – um dos principais comércios dedicados à venda de tecidos na capital mineira. Segundo o neto, o avô materno: "prosperou com seus negócios, veio para Belo Horizonte e se estabeleceu" (Entrevista com Patrus Ananias à Revista Veredas do Direito, 2007). Sobre o avô paterno, Patrus Ananias relata haver poucas informações, apenas que teria origem francesa e africana e que, igualmente, havia se casado com uma filha de fazendeiros, inclusive prima da sua avó materna.

Patrus João Simão teve 16 filhos. Os homens receberam o seu primeiro nome como sobrenome, sucedido do sobrenome da mãe, "de Souza". Do mesmo modo, aconteceu para as filhas mulheres, no entanto, com seus casamentos, acrescentaram os sobrenomes dos seus maridos. Segundo Patrus Ananias seria "uma tradição oriental no Líbano os pais colocarem como sobrenome dos filhos o prenome do pai" (Idem). É assim que, graças à afirmação social e econômica daquele imigrante em Minas Gerais, na primeira metade do século XX, que o sobrenome Patrus acabou unificando

29. Em estudo anterior (GRILL, 2003), foi explorado um conjunto de casos de "famílias de políticos" cujos membros também não apresentavam alinhamentos em seus posicionamentos partidários e ideológicos. Ver também Barreira (2006).

30. Porém, como observou Vilela (2011, p.167), "a inserção desses imigrantes no contexto brasileiro, especificamente em Minas Gerais, não se deu apenas no comércio e na indústria, mas também na política, especialmente por intermédio de seus descendentes 'doutores'. (...). Além dos votos obtidos em seus próprios grupos étnicos, a atividade comercial proporcionava uma interação com grupos diversificados, o que ajudava a viabilizar a trajetória política".

e abonando a identificação dos membros da “família”.

Os homens teriam trabalhado nas atividades comerciais do grupo e, posteriormente, tornaram-se prósperos empresários do estado. Um deles chegou a ser deputado estadual na década de 1950, pelo Partido Social Trabalhista (PST), o outro é empresário do setor de transportes e graduado em Direito e em Letras pela Universidade

Federal de Minas Gerais. Entre os filhos de Patrus Simão, porém, o que se destacou na política foi o médico e fazendeiro, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Agostinho Patrus de Souza (conhecido apenas como Agostinho Patrus). E seu filho, Agostinho Patrus Filho, está no terceiro mandato de deputado estadual, pelo Partido Verde (PV).

Agostinho pai foi deputado estadual por seis mandatos consecutivos (de 1983 a 2007), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Democratas (DEM); Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1995 a 1997); Secretário de Estado da Casa Civil; Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas. E Agostinho Filho é empresário, com atuação nos setores de transportes e agropecuário e formado em Administração e pós-graduado em Gestão Empresarial e em Logística, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Secretário de Estado de Turismo. Em 2008 foi convidado a assumir a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/deputadosinfo.html?idDep=15245&leg=18).

Patrus Ananias de Sousa, deputado federal reeleito em 2018 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), adquiriu notoriedade com a militância em “grupos de jovens” da Igreja Católica, no movimento estudantil, na advocacia trabalhista e junto a movimentos populares e militantes. Tais inscrições repercutiram na participação na fundação do PT. Posteriormente, dedicou-se ao exercício da docência no ensino superior, à produção intelectual e à ocupação de cargos eletivos e administrativos.

Patrus é filho de uma das herdeiras de Patrus Simão, que casou com Jair Ananias

de Sousa (esse com origem menos abastada). Enquanto os filhos homens de Patrus Simão administraram as atividades comerciais, coube a uma das filhas, juntamente com seu marido (mãe e pai de Patrus Ananias de Sousa), administrar uma das fazendas da “família”, em Bocaiúva (MG)³¹.

Desse modo, seu nome combina o prenome do avô (na versão adaptada) e o sobrenome completo do pai, Ananias de Sousa. Nos domínios da política e da mídia, é mais recorrentemente chamado somente por Patrus, o que permite tanto a associação ao sobrenome da “família” quanto a ativação

31. Local onde nasceu também José Maria Alkmin – que exerceu vários mandatos de deputado e foi ministro da Fazenda do presidente Juscelino Kubitschek (também nascido naquele estado) –, um dos políticos mineiros “ilustres” biografados por Murilo Badaró.

do seu “nome de guerra” (que ganhou força à medida que adquiriu reconhecimento como professor, intelectual e político).

Patrus nasceu (1953) e teria se mantido próximo “ao mundo rural”. Ele afirma ter vivido até os quatro anos de idade “literalmente na roça” e, quando passou a estudar na área urbana de Bocaiúva, não deixava de ir “à fazenda”. As entrevistas oferecidas demonstram uma clara tentativa de vinculação das experiências na infância a valores como “simplicidade”, “humildade”, etc., principalmente exaltando o “convívio com a realidade brasileira” e o “contato direto com a pobreza” (Entrevista com Patrus Ananias à Revista Veredas do Direito, 2007).

Esses elementos se mesclam nos seus relatos que informa as influências do catolicismo devido à socialização em espaços marcados pela ascendência da igreja católica, desde as formações no meio familiar e escolar. Nas suas palavras: “Eu me formei no contexto de uma família mineira católica, um catolicismo mais tradicional, conservador. Mas desde menino comecei a ter uma militância na Igreja num período muito instigante, o início dos anos 1960” (Idem).

Na fase escolar, quando militou no movimento estudantil (sendo presidente do Diretório Estudantil de Bocaiúva) e na Entidade Beneficente Operária (da qual foi secretário-geral), teria entrado em contato com as encíclicas do Papa João XXIII e com as ideias do Concílio do Vaticano Segundo. São as influências que seriam responsáveis por sua aproximação com os movimentos de igreja, pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (as chamadas CEBs), e que desembocaram na “política na militância cristã desde a infância, lendo os Evangelhos, as encíclicas sociais, especialmente as de João XXIII, mas depois também as de Paulo VI” (ALENCAR, 2008, Entrevista

com Patrus Ananias). O que estaria na base de uma concepção de “política” como uma dimensão complementar às “dimensões da religiosidade, do mistério, da transcendência, da arte, da cultura, da solidariedade, do amor”, e que deve ser orientada por obrigações morais e a “norma jurídica da lei, democraticamente construída, (...) para normatizar as relações” (Idem).

Em 1972, mudou-se para Belo Horizonte, onde cursou direito na Universidade Federal de Minas Gerais e participou do movimento estudantil, tendo sido vice-presidente do centro acadêmico. Foi chefe de gabinete do secretário da Educação, ainda nos anos 1970, em um governo da Arena. Além da experiência político-administrativa, ele reputa ser esse um momento de estabelecimento de vínculos com outros militantes de movimentos sociais e com intelectuais. Formado, passou a atuar na advocacia trabalhista, atendendo a sindicatos de trabalhadores e assessorando movimentos sociais, associações comunitárias, etc. Imerso numa rede de elos e sociabilidades com intelectuais ligados à igreja e/ou ao domínio do direito, ingressou, em 1979, no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais (Entrevista com Patrus Ananias à Revista Veredas do Direito, 2007).

Esses movimentos, novamente, são lidos a partir de um compromisso com os “pobres” e uma imersão da “realidade brasileira”:

Minha experiência como advogado sindical e trabalhista, de movimentos populares, associações de bairro, comunitárias, foi uma experiência fundamental do ponto de vista de conhecimento da realidade brasileira do ponto de vista dos pobres, dos trabalhadores, que é uma experiência que eu trago des-

de a infância, me fez estudar mais a realidade brasileira a partir destes movimentos, especialmente no campo do direito do trabalho, mas também do campo do direito previdenciário, constitucional, administrativo, e no campo dos emergentes direitos coletivos, ligados aos movimentos e comunidades mais carentes. (Idem).

Na sequência, Patrus foi inicialmente vereador (1989-1992) e, em seguida, prefeito de Belo Horizonte (1993-1996), sempre pelo PT. No último ano do seu mandato na prefeitura, comandou uma política de segurança alimentar, que se traduziu na ativação do “Restaurante Popular” e nos programas Safra e Direto da Roça, que visavam diminuir a intervenção dos chamados “atravesadores” nos produtos rurais. Nesse período foi eleito para a Academia Mineira de Letras. Entre 1997 e 2001, voltou à atividade docente na PUC. Ele é mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) e doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madri.

Em 2002, Patrus foi eleito deputado federal com 520.048 votos – “a maior votação da história de Minas Gerais – e compôs o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ananias-patrus>). Um ano mais tarde, veio a indicação ao recém-criado Ministério de Desenvolvimento

Social e Combate à Fome, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, que teria sido comemorada por políticos mineiros de distintos partidos, incluindo o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB). Nesse cargo, não raro ele aparece prestigiado pelo comando do programa de transferência de renda, Bolsa Família. Chegou também a ser ministro do Desenvolvimento Agrário, no segundo governo de Dilma Rousseff, entre 2014 e 2016, ano em retomou seu mandato na Câmara dos Deputados (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ananias-patrus>).

Patrus Ananias é autor de várias publicações (livros, capítulo em coletâneas e artigos em revistas acadêmicas, além de artigos em jornais e revistas, que circulam junto ao grande público), lançadas desde a década de 1980 até atualmente. Sua produção escrita trata tanto de temas ligados à sua formação acadêmica como questões relativas à sua militância política. Porém, chama especialmente atenção como esses mesmos temas são acionados para a descrição de eventos e personagens da vida política, intelectual e religiosa de Minas Gerais e do Brasil, aos quais ele aparentemente esforça-se para se identificar, pessoalmente; como quando escreve sobre a história das constituintes mineiras, sobre as particularidades das políticas do PT em Belo Horizonte, sobre a experiência do Ministério do Combate à Fome e sobre pensadores católicos.

Os títulos de alguns trabalhos arrolados a seguir são ilustrativos: “A Constituinte Mineira de 1935” (capítulo publicado no livro “As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica”, de 1989, lançado pela ALMG); “Em nome da vida” (livro lançado em 1994, pela Editora Páginas Abertas); “Luminosa trajetória” (capítulo publicado no livro “Edgar de Godoi da Mata-Machado: uma mensagem de esperança”, lançado pela Editora Maza, 1994); “Em busca de um projeto democrático de cidade” (capítulo do livro “Desafios do governo local: o modo petista de governar”, publicado pela Editora da Fundação Perseu Abramo, em 1996); “Orçamento Participativo – Por que implantamos em Belo Horizonte?” (capítulo do livro “Orçamento Participativo construindo a Democracia”, publicado pela Editora Revan, 2005); “Leonardo Boff, um Testemunho” (em “Leituras críticas sobre Leonardo Boff”, lançado pela Fundação Perseu Abramo, em 2008); “Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: uma Experiência Inovadora” (livro de 2010, lançado pelo próprio ministério, no qual escreveu o prefácio como ministro).

Vale pontuar que, como deputado do PT, busca se vincular a lideranças da história mineira sobrevalorizando aqueles que permitem a sua inscrição em vertentes do catolicismo, da política e do direito, considerados, na sua ótica, mais progressistas. Suas referências “mineiras” exaltadas são: o professor do curso de direito e jornalista Edgar da Mata Machado (católico e orientado pela doutrina social da igreja); o advogado (igualmente católico) Sobral Pinto, segundo ele: “uma figura (...) comprometida com os direitos humanos”; e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que é assim apresentado: “conterrâneo de Bocaiúva³², que (...) teve toda uma formação cristã e sempre preservou em sua vida os compro-

missos éticos fundamentais do cristianismo, que são os compromissos com a vida, com a dignidade humana e com a justiça social” (Entrevista com Patrus Ananias à Revista Veredas do Direito, 2007). Essas vinculações corroboram as marcas que procura anexar à sua biografia política, como a ligação com a “teologia da libertação” e o trabalho de “combate à fome”.

Há pouco tempo publicou um artigo que, assim como Badaró, inspira-se nas elaborações machadianas, porém não na forma, mas no conteúdo de uma “denúncia” localizada como central: a escravidão. Patrus faz longa análise, com muitas referências a autores, para associar a genialidade de Machado de Assis à capacidade de “mergulhar fundo

32. Segundo um colunista (doutor em Ciências Sociais e professor da FPL, UNA e PUC/Minas) do jornal “Em tempo”, de Belo Horizonte, também com origens familiares em Bocaiúva: “Há algo em Bocaiuva que torna essa cidade berço de personalidades especiais em vários outros campos, para além da política: das artes à medicina, do Império à República, das redes sociais, os bocaiuvenses de destaque nacional se contam às dezenas. Para fugir das explicações místicas, é possível conjecturar que o exemplo de sucesso dos conterrâneos leva muitos bocaiuvenses a cultivar as mais altas aspirações na vida, sendo este sempre o primeiro passo das trajetórias excepcionais” (<https://www.otempo.com.br/opiniao/paulo-diniz/gosto-nao-se-discute-o-festival-eurovisao-em-israel-1.2184114>).

nas questões sociais, na crueldade e desdobramentos da escravidão, sem jamais ceder às tentações panfletárias, desce também às profundezas ambíguas e contraditórias do ser humano” (ANANIAS, 2019). Ele dedicou o texto a sua esposa, Vera Maria Neves Victor Ananias, que o teria estimulado a estudar esse autor. Ela é psicóloga, especialista em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi Pró-reitora de Extensão na PUC/MG e, na gestão do marido, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte. Em 2017 foi indicada pelo governador Fernando Pimentel (PT) para presidir a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais.

O casal teve dois filhos. Um deles, Pedro Luiz Neves Victor Ananias, nasceu em São Paulo, em 1977. Ele é vereador em Belo Horizonte em segundo mandato (eleito pelo PT) e é coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de professor universitário (assim como os pais). Fez graduação em história e mestrado em ciências sociais, ambos na PUC de Minas Gerais (instituição na qual seus pais lecionaram). Seus trabalhos de conclusão nesses cursos tratam de temáticas estimadas nos discursos da esquerda, como a “resistência à ditadura” e a “participação popular”. Ele se apresenta, no site da Câmara dos Vereadores de BH, como especialista em Políticas Urbanas. Embora não conste em seu registro de nascimento, Pedro incorporou o prenome do pai como sobrenome. É conhecido politicamente como Pedro Patrus e assim se apresenta em materiais de cam-

panhas e páginas dos seus mandatos. Mais uma demonstração dos usos da reputação dos antepassados por intermédio da ativação de nomes e sobrenomes.

Considerações finais

Partindo da análise de perfis (individuais e coletivos) e de posicionamentos, principalmente dos usos políticos das inscrições genealógicas de “herdeiros”, em duas configurações regionais (RS e MG), ao longo do século XX, as recorrências observadas dizem respeito a cinco eixos de notabilizações.

Em primeiro lugar, a localização de “nomes” e “sobrenomes” como marcas simbólicas da gênese e persistência das “linhagens” de pertencimento. De início, por condensarem signos de transcendência da existência coletiva, interligando gerações que se sucedem no tempo ou conciliando componentes eventualmente distantes no espaço. Em seguida, porque garantem aos seus membros se apresentarem como portadores de uma identidade coerente e se constituírem como um ser reconhecível. Precipuamente, porque podem, dependendo dos tipos e da eficácia simbólica dos recursos e créditos acumulados, funcionar como etiquetas de certificação de excepcionalidade, revestidas de um caráter de exemplaridade. Ou mesmo, considerando as transformações nos padrões de reprodução e usos de heranças simbólicas, ligada às possíveis defasagens ou inépcias à mobilização de estratégias eficientes de reconversão em determinadas posições, constituir-se em marcas de decadência em certos domínios sociais (signos de estigma)³³.

33. Frisando que isso não necessariamente seja válido em todos os domínios de investimentos das sucessivas ou mesmas gerações, isto é, podem ser válidas (estimas e estigmas), por exemplo, aos domínios políticos eletivos, mas não a todos os domínios de intervenção política (como as tantas modalidades de engajamentos militantes e ocupação de postos administrativos), as atuações profissionais e as múltiplas formas possíveis de se relacionar com a cultura ou de produzir bens culturais.

Para tanto, em segundo lugar, parece ser preciso a localização e a qualificação daquele que seria a referência geradora personificada da “linhagem”. A objetivação da existência (pública) da instituição familiar é tributária da fixação de um mito criador, o “ícone” que, em certas condições de históricas e sociais, por suas inscrições e superações, teriam deflagrado o processo espetacular do percurso familiar. Desta forma, disso parece depender a atribuição de singularidades, como base do sentido de identificação e como alicerce da sedimentação de vínculos mais densos (interconhecimentos e inter-reconhecimentos). Assim como das credibilidades genealógicas que, mais ou menos racionalizadas, podem significar atestações à aptidão e trunfos à participação dos “herdeiros” em determinados jogos (aqui, notadamente políticos e intelectuais).

Em terceiro lugar, verificou-se a associação das “histórias” e atributos (familiares e individuais) às expectativas e injunções relacionadas à edificação de imagens e mitologias (ou ideologias) de tipos políticos regionais. De um lado, patrimônios coletivos (econômicos, culturais, sociais e simbólicos) e investimentos pessoais de determinados membros das famílias (consequentemente excluindo outros) são selecionados para esculpir, com seus melhores exemplares, o “legado familiar”. De outro lado, suas ações, sucessos, façanhas, e assim por diante, devem convergir com determinadas fórmulas legitimadoras à ocupação de posições políticas, que predominam e concorrem em cada configuração regional. Adjetivações que particularizam as “regiões” emergem no retrato dos “pioneiros”, nas descrições das dinâmicas de atuação política ou de inserções culturais, nas (auto) referências aos personagens feitas por seus intérpretes, e em toda a polifonia

de princípios emergentes na caracterização dos agentes, ligados, com distintas conjunções, às inclinações/habilidades “militares”, “insurgentes”, “intelectuais”, “empreendedores”, “destemidos”, entre outros usualmente acionados para tipificar o “político gaúcho”; “tradicionalistas”, “apaziguadores”, “astutos”, “letrados”, “raposas”, entre outros comumente ativados para estereotipar o “político mineiro”.

Tendo em vista o universo de análise em pauta, em quarto lugar, essas dimensões e elementos estão relacionados à ostentação do exercício de múltiplos papéis de representação política e da acumulação de certificações intelectuais, incluindo a produção de bens culturais distintivos. É claro que os membros das diferentes gerações, que protagonizaram disputas eleitorais e intelectuais, estiveram submetidos a condicionantes diversos de afirmação de especialistas da “política” e da “cultura”. Os casos analisados permitiram trazer à tona transformações das lógicas de funcionamento do domínio político e o incremento progressivo da diversificação social e da concorrência “intraelite” (mesmo que com graus e temporalidades discrepantes). Do mesmo modo, foi possível atentar à centralidade paulatinamente assumida pela vinculação dos agentes às universidades (inclusive como docentes) e outras inscrições culturais (a exemplo das fundações e institutos partidários) como *locus* de acúmulo de reconhecimentos como intérpretes da vida social.

Há variações significativas na morfologia do espaço político dos dois estados, que, apesar de semelhantes em termos de peso na federação e com posições relativamente periféricas, tiveram diferentes momentos de intensificação de processos de diversificação (mais antigos no Rio Grande do Sul e mais recentes em Minas Gerais); o que, decerto,

têm efeitos sobre as estratégias de afirmação dos ocupantes de cargos políticos e produtores de bens simbólicos. De qualquer modo, resistem, em ambos, a sobreposição de lógicas do “parentesco”, da “política” e da “cultura”. Uma das pistas de explicação reside exatamente nos usos feitos por determinados agentes das “histórias” dos “estados” e das “famílias”, mediante os quais são amalgamados, como recursos de luta e critérios de identificação: origens sociais; pertencimentos religiosos, étnicos, faccionais, partidários; e simbologias e “imagens” próprias aos “regionalismos”.

Em vista disso, finalmente, acentuam-se as tentativas de edificação e administração desse arsenal de trunfos por “herdeiros” dispostos a garantir a existência e a persistência de suas “linhagens” nos panteões das “famílias que contam” no cenário público; particularmente, os porta-vozes dos “grupos familiares” examinados, que “responderam ao chamado” de se apresentar como responsáveis pela interpretação (sínteses, seleções, bricolagens, etc.) da “tradição” e investiram esforços de afiliação às narrativas mais abrangentes sobre a “memória regional”. Contudo, vale pontuar que, não raro, tiveram que lidar com as ambivalências nascidas das justaposições entre identificações étnicas; concepções éticas e morais; posturas esperadas de intervenção política; disposições culturais, incluindo as literárias, musicais, religiosas, etc.; investimentos intelectuais, como em títulos escolares, trabalho docente, participação em instâncias de consagração intelectual, publicação de livros, etc.; engajamentos militantes em “causas” legítimas; e toda a sorte de *libidos* mais ou menos afinadas às exigências de uma atuação política “aguerrida” (RS) ou “diplomática” (MG) – evidentemente, como sínteses simplificadoras dos “tipos” examinados.

Referências

- ABÈLÈS, M. *Jours Tranquiles* en 89. Paris: Odile Jacob, 1989.
- ALENCAR, J. F. Política e defesa da vida: entrevista com o ministro Patrus Ananias. *Vida Pastoral*, 2008. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/entrevistas/politica-e-defesa-da-vida-entrevista-com-o-ministro-patrus-ananias/>>.
- ANASTASIA, A. Prefácio. In : BADARÓ, E. *Epílogo*. Rio de Janeiro : Publit, 2001, p. 7-9.
- ARRUDA, M. A. N. 1999. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense. . *Memórias póstumas de Francisco Badaró: romance histórico-biográfico*. Belo Horizonte : Claroenigma, 2008.
- BARREIRA, I. Campanha em família: as veias abertas das disputas eleitorais. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- BODEA, M. *Populismo e trabalhismo*. Porto Alegre: EDFUGS, 1992.
- BOLTANSKI, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*. v. 14, n. 14-1, p. 3-26, 1973.
- BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 105, n.º 1, p. 3-12, 1994.
- _____. *Sociologie générale: cours au Collège de France (1981-1983)*. v. 1. Paris: Raisons d'agir, 2015.
- _____. Descrever e prescrever. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L.; SAINT MARTIN, M. Les stratégies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. *Social Science Information*, 12 (5), p. 61-113, 1973.
- BRIQUET, J. L. Une Histoire de Famille. In: PATRIAT, C., PARODI, J. (Orgs.) *L'Hérité en Politique*. Paris: Économica, 1992, p. 155-172.

CANÊDO, L. B. Metáforas da família na transmissão do poder político. *Cadernos do CEDES*. Campinas, v. 42, p. 29-52, 2007.

_____. 2011. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS*. v. 8, n. 15, p. 55-75, 2011.

_____. Herdeiros, militantes, cientistas políticos : socialização e politização de grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). In : CANÊDO, L. ; TOMIKAZI, K. GARCIA, A. (Orgs.). *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: Hicitec, 2013, p. 53-90.

CORADINI, O. L. As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In. Reis, E. T.; Grill, I. G. *Estudos sobre elites políticas e culturais*. São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. Os usos das Ciências Humanas e Sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. *Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS*. V. 9, n. 17, p. 67-100, 2012.

_____. "Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais". FELIX, L.O.; ELMIR, C.P. (Orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 209-235.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 163-175, 2000.

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa; Edições 70, 1990.

FAUSTO, B. (Org.) *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1995.

GARCIA JUNIOR., A. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études rurales*, n. 131-132, p. 89-105, 1993.

GRIL, I. G. *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: Edufma, 2008.

_____. *Parentesco, redes e partido: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. "Ismos", "ícones" e intérpretes: as lógicas das "etiquetagens" na política de dois estados brasileiros (MA e RS). *Revista de Sociologia e Política*, 2012, vol.20, n.43, p.193-220.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. *Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS*. v. 9, n. 17, p. 101-121, 2012.

_____. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.

KARADY, V. A conversão socioprofissional das elites: dois casos históricos na Hungria. *Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS*. v.12, n. 23, p. 1936, 2015.

LAYTANO, D. Uma pequena história de uma próspera colônia. In: SULLANI, A. (Org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: EDPUC, 2001.

LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira Pós-1930. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano, 3º volume: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

OFFERLÉ, M. Les Schneider en Politique. In : Schneider et alli. *Les Schneider, le creusot. Une famille, une entreprise, une ville (1836-1960)*. Paris: Librairie Arthème-Fayard Editions de la Réunion des Musées Nationaux 1995, p. 288-305.

PHÉLIPPEAU, E. *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Bélin, 2002.

PICCIN, M. B. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha: trajetórias sociais e investimentos escolares. In. GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. *Estudos de elites e formas de dominação*. Porto Alegre: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2020.

REIS, E. T. *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política*. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015.

REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Trajetórias de multinotabilidades no parlamento brasileiro: dinâmicas políticas, produção escrita e reputações pessoais*. *Dados*. n. 58, v. 2, p. 331-369, 2015.

_____. *Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil*. *Tempo Social*. v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017a.

_____. *O que escrever sobre a 'região' quer dizer na política? Produção e uso de identidades regionais por parlamentares*. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Brasília, Anais... Brasília, 2017b.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

Saint Martin, M. *Une grande famille. Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 31, p. 4-21, 1980.

SEYFERTH, G. *Etnicidade, política e ascensão social: em exemplo teuto-brasileiro*. *Mana*. v. 5, n.2, p. 61-88, 1999.

WEBER, M. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

WIRTH, J.D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VILELA, E. M. *Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de status*. RBCS, vol. 26 n° 76 junho/2011.

Outras fontes

ALENCAR, J. F. *Política e defesa da vida: Entrevista com o ministro Patrus Ananias*. *Vida Pastoral*, março-abril, 2008 (p.24-33).

ANASTASIA, A. *Prefácio*. In. BADARÓ, M. *Epílogo: crônicas e memórias pessoais*. Rio de Janeiro: PublIt, 2011.

BADARÓ, M. *Memória Póstumas de Francisco Badaró*. Romance histórico-biográfico. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008.

DRUMMOND, A. *Badaró: o mineiro exemplar*. *Jornal Hoje em Dia*. Opinião, 2015.

FETTER JUNIOR, A. A. *Os Vetter/Fetter. 170 anos de Rio Grande do Sul e de Brasil*. Pelotas/RS. Edição do autor, 1997.

_____. *Pioneiros, Aventureiros, Guerreiros e seus Herdeiros*. Pelotas/RS: Edição do autor, 1999.

_____. *Da vida e da política: o que vivi, o que fiz e o que penso*. Porto Alegre: AGE/Critério, 2014.

FGV CPDOC. *Antônio Brochado da Rocha*. n.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-brochado-da-Rocha>>.

FGV CPDOC. *Francisco Badaró Junior*. n.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-badaro-junior>>.

FGV CPDOC. *Francisco de Paula Brochado da Rocha*. n.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-paula-brochado-da-rocha>>.

FGV CPDOC. *Murilo Paulino Badaró*. n.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/murilo-paulino-badaro>>.

FGV CPDOC. *Patrus Ananias*. n.d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ananias-patrus>>.

Manifesto dos mineiros. Ao povo mineiro, de 24 de outubro de 1943. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm

VEREDAS DO DIREITO. *Entrevista com Patrus Ananias*. 2007. n/d. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/53>>.

VIANA FILHO, L. *Prefácio*. In. BADARÓ, M. *Alma de Minas*. Brasília: Editora do Senado, 1984.

RESUMO

Neste artigo são examinados casos de agentes provenientes de “famílias de políticos”, atuantes em dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Eles têm em comum a condição de porta vozes de “causas” – notadamente o empenho na interpretação de questões nacionais, regionais e relacionadas à consagração genealógica (incluindo a eternização ou celebração da “família”) –, que traduz a aquisição de um duplo e indissociável reconhecimento como “políticos” e “intelectuais”. Não obstante as similaridades, os perfis coletivos e individuais ilustram padrões de afirmação social e política discrepantes, relacionados tanto às configurações históricas e regionais em que exerceram suas carreiras (escolares, profissionais e de cargos políticos) como aos seus itinerários específicos. Assim, eles são exemplares da paulatina diversificação de segmentos da “elite política” brasileira (principalmente no século XX), das redefinições das modalidades de ação, e dos repertórios de mobilização, bem como dos condicionantes à afirmação de especialista no trabalho de representação (no duplo sentido).

PALAVRAS-CHAVE

Elites. Estratégias de reprodução. Política. Intelectuais. Regiões.

SUMMARY

This article examines cases of agents from “families of politicians” operating in two Brazilian states: Rio Grande do Sul and Minas Gerais. They have in common the status of spokesperson for “causes” – notably the commitment to interpret national, regional and genealogical consecration issues (including the perpetuation or celebration of “family”) – which means the acquisition of a double and inseparable recognition as “politicians” and “intellectuals”. Notwithstanding the similarities, the collective and individual profiles illustrate discrepant patterns of social and political affirmation, related both to the historical and regional settings in which they pursued their careers (school, professional and political office) and to their specific itineraries. Thus, they are exemplary of the gradual diversification of segments of the Brazilian “political elite” (especially in the twentieth century), of the redefinitions of the modalities of action, and the mobilization repertoires, as well as the conditioning of the statement of expert in the representation work (in the dual sense).

KEYWORDS

Elites. Reproduction strategies. Politics. Intellectuals. Regions.

Recebido em: 01/07/2019

Aprovado em: 15/12/2019

